

4

O item *mas*

No capítulo anterior, foram apresentados alguns pontos da teoria da gramaticalização. Neste capítulo, serão apresentados alguns trabalhos que tratam do item *mas* ou de seu correspondente inglês *but*.

Embora nem todos eles abordem diretamente a gramaticalização de *mas*, todos oferecem, sob diferentes perspectivas teóricas, modelos de análise desse item. Para se entender a gramaticalização experimentada por *mas* e a motivação do processo, será necessário, antes de mais nada, dispor de um modelo que permita a análise do funcionamento do item nas duas sincronias em que se inserem os dados da tese.

O modelo considerado mais adequado à análise de *mas* será tomado como referência para a análise dos demais itens tratados no próximo capítulo, por dois motivos. Primeiramente porque não existem trabalhos que os abordem diretamente como os que abordam *mas*, o que se explica certamente pelo fato de este item ser considerado a conjunção adversativa prototípica. Em segundo lugar porque, se se acredita que a motivação da gramaticalização de todas as seis adversativas estudadas seja a mesma, é preciso buscar um modelo de análise comum aos dados que representem todas elas.

Dessa forma, o presente capítulo apresentará reflexões teóricas não encontradas no capítulo anterior, que servirão também para o estudo das outras conjunções, no próximo capítulo.

4.1

Apontamentos sobre a origem etimológica de *mas*

Cunha (1997) informa que o termo vem da forma latina *magis* e que, também de *magis*, se originou o advérbio português *mais* – “designativo de aumento, de grandeza ou comparação”. Lembra ainda que *magis* (latim) tem a mesma raiz (*mag-*) de *magnus* (*magno*, *maior*).

Ernout & Meillet (*apud* Barreto, 1999; Castilho, 1997) dão as seguintes informações: o advérbio latino *magis* era freqüentemente empregado ao lado de *sed*, sendo que a expressão *sed magis*, tomada em sua totalidade, introduzia uma ação que se realizava em lugar de outra, no caso preterida. Na mesma obra, os autores informam ainda que o advérbio latino *magis* era usado, no latim clássico, para indicar grau comparativo. O uso, que inicialmente se restringia a adjetivos desprovidos de marca morfológica de grau, estendeu-se aos demais, chegando a substituir o morfema comparativo de superioridade *-ior*.

4.2

Algumas análises de base argumentativa (ou enunciativa)

As conjunções, por seu caráter argumentativo, são sempre um rico e profícuo objeto que se oferece aos estudos semânticos. No caso da semântica argumentativa (ou enunciativa³), sempre tiveram lugar de destaque.

Se se quiser situar a semântica argumentativa em um quadro geral dos estudos semânticos, poder-se-á dizer que ela diverge, por exemplo, das semânticas de orientação realista, como as formais, porque, ao contrário destas, não se interessa por verificações de verdade de sentenças nem trabalha com conceitos de verdade ou falsidade precisamente formulados. Embora a semântica argumentativa preocupe-se, como as semânticas verificacionistas, com as possíveis ligações existentes entre linguagem e realidade externa, o viés de análise é completamente diferente. A realidade observada pela semântica argumentativa não é estática e, portanto, a linguagem não pode ser meramente nem denotativa nem representativa. A realidade, para a semântica argumentativa, é dinâmica, e sobre ela age o homem, ser essencialmente histórico.

Com relação às semânticas de orientação mentalista, a semântica argumentativa também guarda divergências, já que sua preocupação não está voltada para as operações cognitivas que ligam as estruturas linguística e conceptual, e sim para as relações de poder existentes entre os homens, as quais se

³Embora haja diferenças entre a semântica argumentativa e a enunciativa, ambas serão tratadas aqui como sinônimas por dois motivos. Em primeiro lugar, porque alguns trabalhos comentados neste capítulo, como Fabri (2001), assim o fazem. Em segundo lugar, porque os conceitos básicos cuja compreensão se faz necessária para o entendimento dos referidos trabalhos são comuns tanto às abordagens argumentativas quanto às enunciativas.

manifestam na linguagem e sobre as quais a linguagem exerce forte influência. A subjetividade, portanto, está presente nos estudos semânticos de orientação argumentativa e enunciativa, mas o sujeito é, no caso, alguém que usa a linguagem como forma de afirmação ou negação dos discursos que o mundo lhe apresenta ou impõe.

Por outro lado, a teoria da enunciação tem vários pontos de convergência com as análises lingüísticas funcionalistas de um modo geral. Seu foco de interesse é a língua em uso. Nas palavras de Koch (2001a, pp. 13-14),

a Teoria da Enunciação tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito. (Koch, 2001a, pp. 13-14)

Nesse sentido, entre todos os postulados da referida corrente de análise, três noções que lhe são caras devem ser elucidadas aqui para que se compreendam melhor alguns dos trabalhos sobre o item *mas* comentados adiante. São elas: (i) dialogismo – noção amplamente estudada por Bakhtin e presente posteriormente nos estudos lingüísticos preocupados, em algum grau, com a questão da interação –, (ii) classe argumentativa e (iii) escala argumentativa – sendo estas últimas noções propostas por Ducrot.

A idéia de dialogismo será mais bem explicada quando, adiante, for comentado o texto de Vogt e Ducrot sobre a origem da conjunção *mas* em português. Por ora, o que se pode dizer é que, quando se afirma que as manifestações lingüísticas são, por natureza, dialógicas, está-se aceitando que a voz do outro está sempre presente, de forma mascarada ou não, na voz de qualquer usuário da língua, independentemente de sua vontade quanto a isso.

Uma classe argumentativa, por sua vez, diz respeito a um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão.

Já uma escala argumentativa se forma quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão.

Tendo em vista as duas últimas noções, Koch (2001a, pp. 30-44) analisa uma série de operadores argumentativos em português. Por “operadores argumentativos” entende-se, segundo a autora – que se apóia em Ducrot –, “elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (Koch, 2001a, p. 30).

Os operadores são divididos pela autora em grupos diversos, tais como: operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão, operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas, entre vários outros tipos.

Entre os do primeiro grupo, podem-se citar: *até, mesmo, até mesmo, inclusive*. O exemplo dado é: “A apresentação foi coroada de sucesso: estiveram presentes personalidades do mundo artístico, pessoas influentes nos meios políticos e até o Presidente da República”. Nesse enunciado, foram apresentados três argumentos: 1º) estiveram presentes personalidades do mundo artístico; 2º) estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos; 3º) esteve presente o Presidente da República. Todos os três argumentos conduzem à conclusão de que a apresentação foi coroada de sucesso, mas o terceiro é o mais forte nesse sentido. Se o enunciado apresentasse a mesma escala em sentido negativo, o argumento mais forte viria introduzido por *nem mesmo* e a ordem de apresentação dos argumentos se inverteria: “A apresentação não teve sucesso: o Presidente não compareceu, nem pessoas influentes nos meios políticos e nem mesmo personalidades do mundo artístico”.

Os enunciados citados servem de exemplo, então, para classe argumentativa (todos os argumentos conduzem a uma mesma conclusão), para escala argumentativa (eles foram apresentados em gradação de força crescente) e para o que se chama dialogismo (a voz do interlocutor se faz presente quando o locutor dispensa explicações acerca dos critérios usados na formação de tal gradação, afinal acredita que o interlocutor, assim como ele, considera o Presidente da República mais importante do que pessoas influentes no meio

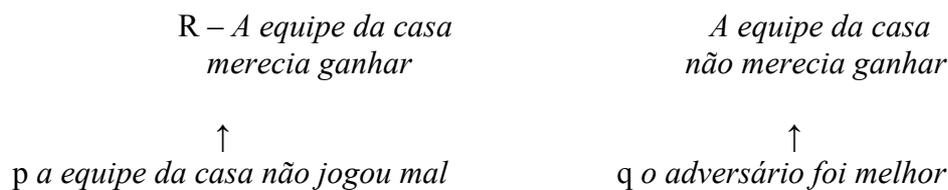
político e estas, por sua vez, mais importantes do que personalidades do mundo artístico – dessa forma, há mais de uma voz falando em um mesmo enunciado, o que se chama *polifonia*).

Já os operadores do segundo grupo – aqueles que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias – interessam aqui diretamente, porque englobam os itens *mas*, *porém*, *todavia*, *no entanto*, *embora*, *apesar de*, entre outros. A respeito de *mas*, a autora (Kock, 2001a, p. 35), apresenta o seguinte esquema de funcionamento:

o locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão *R*; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária *não-R* ($\sim R$). Ducrot ilustra esse esquema argumentativo recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato *A* um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir, coloca no prato *B* um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção (ou seja, entrecrocamos-se no discurso “vozes” que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes – é o fenômeno da polifonia). (Kock, 2001a, p. 35)

O exemplo empregado pela autora é o seguinte:

(1) *A equipe da casa não jogou mal, mas o adversário foi melhor e mereceu ganhar o jogo.*



O esquema acima interessa na medida em que demonstra que, em um enunciado no qual se encontre algum operador argumentativo do tipo de *mas*, nem o locutor nem o interlocutor levam em conta somente as duas proposições ditas explicitamente. Valendo-se por enquanto da mesma metalinguagem da semântica enunciativa, pode-se dizer que há vários enunciados ditos e vários outros não-ditos em um mesmo enunciado maior no qual se encontre *mas* como elemento de ligação entre duas idéias.

É necessário esclarecer a que se referem os símbolos *p*, *q* e *r*, herdados da Lógica e amplamente utilizados nos estudos semânticos em geral. Neves (1984, p. 23) faz uma observação pertinente, ao que parece, aos demais trabalhos comentados neste capítulo que se valem dos referidos símbolos, a saber:

p e *q* não são (...) entidades lógicas; designam, simplesmente as frases coordenadas. Por outro lado, o primeiro termo da coordenação nem sempre é uma frase localizável, podendo ser toda uma configuração do texto anterior, ou ser, mesmo, um elemento da situação. Muito menos é necessário que *p* e *q* sejam contíguas. Observe-se, finalmente, que, sendo recursiva a coordenação, *q* pode seguir-se a uma série já coordenada.

Esclareça-se ainda que, da mesma forma que *p* e *q* referem-se a proposições, *r* refere-se a uma dada conclusão.

As mesmas observações apresentadas sobre o esquema de Koch reproduzido acima podem ser feitas sobre o trabalho de Guimarães (2001, pp. 109-122). Analisando questões referentes a argumentação, polifonia e estratégias de relação, o autor compara os empregos de *mas* e *embora* e conclui que a diferença entre ambos repousa na estratégia argumentativa utilizada pelo locutor. De qualquer forma, mantém-se a conclusão retirada do texto de Koch (2001a): em enunciados nos quais os operadores argumentativos contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, há sempre, ou quase sempre, uma conclusão declarada e outra não-declarada, sendo que as duas são levadas em consideração pelo locutor e pelo interlocutor, que, por um acordo tácito, descartam uma delas. A semântica argumentativa descreve bem esse processo, como se verá a seguir.

4.3

A proposta de Vogt & Ducrot (1980): uma explicação de base argumentativa para a origem diacrônica da conjunção *mas*

O texto de Vogt & Ducrot (1980) trata especificamente da gramaticalização de *mas*, embora o termo *gramaticalização* nem chegue a ser empregado em todo o texto. Como a linha teórica adotada pelos autores é a semântica argumentativa, os textos comentados acima poderão ajudar na compreensão do raciocínio desenvolvido.

Considerando as informações etimológicas apresentadas em 4.1, os autores defendem a tese de que o fato de a conjunção adversativa em português ser *mas* e não *sed*, que seria sua correspondente latina, explica-se por uma relação de sentido existente entre a estrutura comparativa e as estruturas compostas por *mas*, tanto na forma (*SN*) quanto na (*PA*)⁴.

Para chegar a essa conclusão, analisam duas funções diferentes de *mas*. A primeira, (*SN*), serve para retificar, sendo que o elemento vem sempre depois de uma proposição negativa, como em: “ele não é inteligente, mas apenas esperto”. Já a segunda, (*PA*), não exige necessariamente que a proposição precedente seja negativa e introduz uma proposição que orienta para uma conclusão *não-r* oposta a uma conclusão *r* para a qual *p* poderia conduzir: “ele é inteligente, mas estuda pouco”.

Os autores lembram que, já mesmo no latim, era possível encontrar a forma *magis* como conjunção adversativa, com função retificadora, próxima de *SN*, como na seguinte égloga de Virgílio: “Non equidem invideo, magis miror” (= “Eu não tenho inveja, mas sobretudo espanto”⁵).

A pergunta que apresentam é: qual a relação existente entre essa estrutura *Não B, magis A* e a estrutura *A magis quam B*, vista, por exemplo, na seguinte frase de Sêneca: “Magis Deum miseri quam beati colunt” (= “Deus é mais venerado pelas pessoas infelizes do que pelas felizes”⁶)?

De tal frase, não se poderia depreender a negação lógica da devoção das pessoas felizes e a afirmação da devoção das infelizes. No entanto, a frase teria a mesma orientação argumentativa de frases como: (i) *as pessoas felizes não são muito devotas*; (ii) *as pessoas felizes têm pouca devoção*; ou como a interrogação (iii) *são devotas as pessoas felizes?*. Em outras palavras, pode-se afirmar que o elemento comparado (pessoas felizes) apresenta-se, de certa forma, como negativo em relação a devoção.

⁴Embora não haja explicação no texto fonte acerca das abreviaturas *SN* e *PA*, entende-se que elas digam respeito respectivamente a sintagma nominal e parataxe. No primeiro caso, *mas(SN)* relaciona nomes; no segundo, encontra-se em estruturas paratáticas, entendida como a coordenação entre duas proposições.

⁵A tradução apresentada pelos autores foi mantida. Uma versão mais literal seria: *Evidentemente não invejo, mas fico assombrado*.

⁶Segundo Tosi (1999), a tradução seria: “Os infelizes veneram mais aos deuses do que os felizes” e, na frase original, “deum” seria “deos”, em maior consonância com o paganismo latino. A análise proposta pelos autores independe, porém, da tradução adotada, inclusive no caso comentado na nota anterior.

Dessa forma, a relação entre as estruturas *A magis quam B* e *Não B, magis A* fica mais clara. Na segunda, está explícita uma relação de negação, já que a segunda proposição apresenta uma afirmação contraposta à negação enunciada na primeira proposição. Já com relação à primeira estrutura, não há, em princípio, uma relação de contraposição entre uma afirmação e uma negação, o que poderia impedir que ela fosse relacionada com a segunda. Essa contraposição, porém, se apresenta se se leva em consideração a análise proposta no parágrafo anterior.

Nesse sentido, a referida análise demonstra que, em um comparativo de superioridade, o segundo termo – aquele que é declarado inferior – é sempre, do ponto de vista semântico-pragmático, o objeto de uma negação. Em outras palavras, “o termo comparante é sempre negado no interior do comparativo de superioridade” (Vogt & Ducrot, 1980, p. 180).

É preciso entender, porém, o que significa essa negação. No exemplo dado, a devoção das pessoas felizes é negada tão somente no sentido de que tem a mesma orientação semântica dos exemplos hipotéticos de (i) a (iii), sugeridos acima. O que se se está argumentando é que “as pessoas felizes têm (muito) pouca devoção”. Isso quer dizer que importa observar não se há uma negação em termos lógicos, mas sim uma orientação argumentativa que leva à atribuição de um valor negativo a um dos objetos comparados.

No caso, as pessoas felizes não se ajustam ao valor favorável atribuído a devoção, na frase. Da mesma forma, quando se afirma a devoção das pessoas infelizes, o que se está fazendo é reivindicar-lhes os valores que, segundo o falante enunciador, estão ligados à devoção a Deus.

Trata-se, assim, de uma concepção que dá conta da relação semântico-pragmática entre as estruturas (1) *A magis quam B* e (2) *Não B, magis A*. Somente a partir da análise da orientação argumentativa presente em (1), pode-se entender por que, apesar de, em (1), *B* não ser gramaticalmente negado – como o é em (2) – recebe, ainda assim, algum tipo de negação, no caso uma negação argumentativa.

Analisada a estrutura (1), os autores partem para uma análise mais detalhada da estrutura (2): “ele não é inteligente, mas apenas esperto”. Da mesma maneira que demonstraram haver em *B*, na estrutura (1), um traço de negação argumentativa – ainda que formal ou gramaticalmente não assinalada –, a proposta apresentada para (2) é de que a negação gramatical aí contida seja vista

do ponto de vista argumentativo, o que acarretará a relativização da negação que visivelmente recai sobre *B*.

Com base nas noções de dialogismo e polifonia comentadas anteriormente, pode-se afirmar que o sentido de um enunciado negativo sempre se liga à encenação de um diálogo com um interlocutor imaginário, de forma que, ao dizer *não-B*, o falante representa uma enunciação virtual de *B*, à qual se opõe.

Os autores são categóricos ao afirmarem que “não se pode enunciar *não-B* sem enunciar *B* (...): na língua, toda negação releva o discurso relatado” (Vogt & Ducrot, 1980, p. 112). E, ainda que o destinatário empírico desse diálogo virtualmente encenado não aceite *B* como tendo sido enunciado sob sua responsabilidade, fica constatada “a presença da alteridade no próprio sentido do enunciado” (idem).

Assim, a estrutura (2) serve gramaticalmente à encenação de um diálogo marcado pela refutação. Na frase de Catulo “*Id, Manli, non est turpe, magis miserum est*” (= “*Não é vergonhoso, Manlio, é sobretudo infeliz*”), o sentido não se pode compreender senão pela apreensão de uma refutação à afirmação de que algo é vergonhoso.

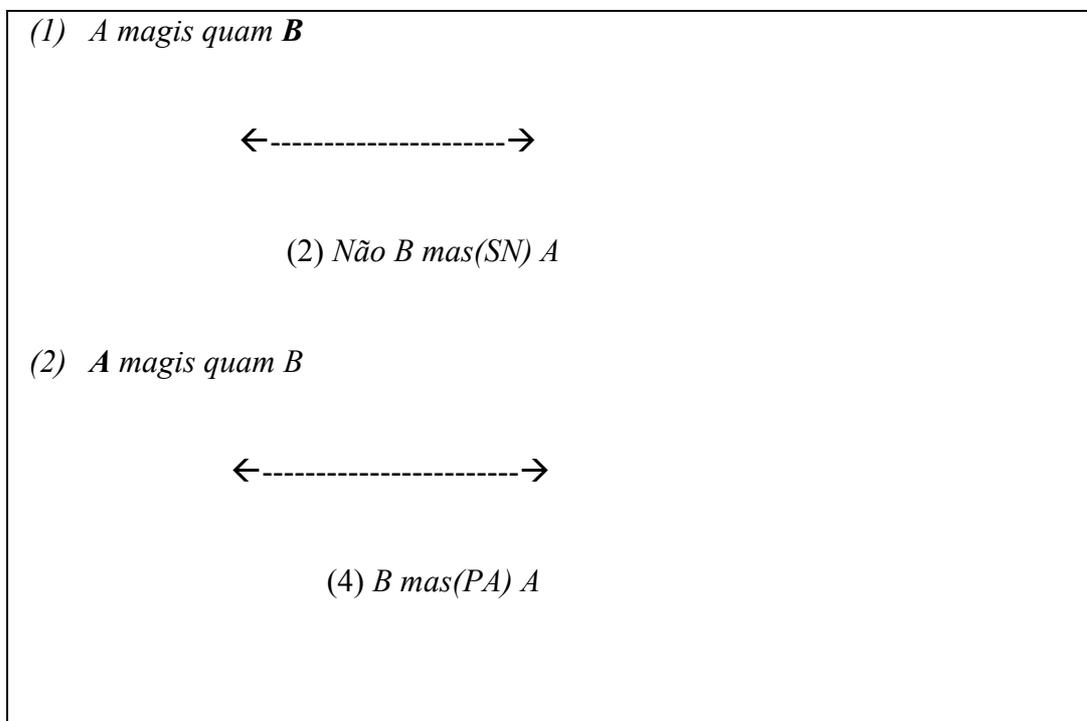
Destaca-se, porém, que, uma vez que *não-B* remete a *B* de um discurso relatado, *B*, então, ainda que negado, assume um peso tal no enunciado que a negação gramatical e semântica não é capaz de anular-lhe a existência, garantindo-lhe uma manutenção no discurso.

Fica, assim, apontada a relação entre as estruturas (1) e (2), aparentemente tão diferentes. Embora (1) seja afirmativa, é possível apreender-lhe no objeto comparante uma negação e, embora (2) traga em si uma negação gramatical, é possível apreender, sob o direcionamento argumentativo negativo, um direcionamento afirmativo, sendo que ambos os direcionamentos dialogam entre si.

É necessário averiguar agora se *mas(PA)* – presente, por exemplo, em “Ele é inteligente, mas estuda pouco” – deriva diretamente de *magis* ou é um desdobramento de *mas(SN)*. Segundo os autores, não há prova documental de que *magis* tenha sido empregado com função de *PA*, o que não invalida totalmente a hipótese de que dele tenha se originado, já que pode tratar-se de uso apenas oral, presente no latim vulgar e ausente, portanto, dos documentos escritos.

A hipótese defendida pelos autores para resolver a questão é que, no uso do comparativo de superioridade, da mesma forma que recai uma negação argumentativa sobre o termo comparante *B*, assim também recai um direcionamento argumentativo favorável sobre o termo comparado *A*. O movimento favorável a *A* é que estaria, nessa hipótese, do ponto de vista semântico, na base do emprego, como *mas(PA)*, de um derivado de *magis*.

A função dual do comparativo de superioridade, que acarreta tanto a valorização de *A* quanto a desvalorização de *B*, se estilhaçaria semanticamente entre *mas(SN)* e *mas(PA)*, portadores de propriedades sintáticas diferentes. O esquema abaixo é apresentado para ilustrar o que se disse:



A estrutura paratática equivale a uma comparação pelos mesmos motivos que levaram à afirmação de que, na estrutura de *mas(SN)*, o elemento negado gramaticalmente teria sido, na verdade, afirmado em um diálogo encenado entre dois interlocutores.

A ótica argumentativa permite ver também a estrutura paratática como equivalente a uma comparação. *Mas(PA)* põe na balança, segundo os autores, dois argumentos que autorizam conclusões inversas. Em *B mas(PA) A*, *B* é apresentado como argumento para uma certa conclusão *r*, e *A* para a conclusão *não-r*. Como o

falante atribui mais importância a *A* do que a *B*, o resultado global, do ponto de vista argumentativo, é orientado no mesmo sentido que *A*, ou seja, para *não-r*.

A ilustração dada no texto é a seguinte: se *D* propõe um passeio a *L*, e *L* responde “Tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés”, *L* apresenta sua dor nos pés como um argumento oposto à conclusão à qual pode conduzir sua vontade de passear, constituindo-se como um argumento para recusar o convite.

Trata-se do mesmo movimento observado na comparação *A magis quam B* quando o acento é posto sobre *A*, tanto que se torna possível, para o exemplo anterior, a seguinte paráfrase: “Tenho mais dor nos pés do que vontade de passear”. A esse mesmo respeito outro exemplo explorado no texto é: “João é mais inteligente que Pedro”. Os autores destacam que, no caso, *A* (João) recebe mais força argumentativa do que *B* (Pedro) porque é declarado mais importante que este, mas importante no sentido de ser aquilo que deve, segundo o falante, ser levado em consideração.

Para eles, na comparação, não se trata de medir duas propriedades uma pela outra, mas sim de deixar claro que, dado o objetivo visado pelo falante, uma propriedade funciona como um argumento melhor do que outra. Sendo assim, no exemplo anterior, não se está supondo a existência de uma faculdade que seria mais desenvolvida em um do que em outro. Os autores defendem que tudo o que se quer dizer é que, para um certo tipo de tarefas ditas intelectuais, João é mais indicado que Pedro, de onde viria a possibilidade de traduções paratáticas como: (i) “Pedro é inteligente, *mas(PA)* João!” (com acento de intensidade em João); (ii) “João é mais inteligente do que Pedro é forte: Pedro é forte, mas João é inteligente”.

Com base nessa mesma linha de pensamento que focaliza o caráter argumentativo dos exemplos em questão, os autores propõem, para *mas(PA)*, a mesma análise sugerida para *mas(SN)*. Da mesma forma que a negação de *B*, na estrutura (2), suscita a afirmação, no discurso, de *B*, assim também, na estrutura (4), a afirmação e manutenção de *B* suscitam sua própria negação. A diferença entre (2) e (4) reside no grau de negação e manutenção de *B* em ambas, como se vê no quadro abaixo:

| | |
|--|--|
| <p>(1) <i>A magis quam B</i></p> <p style="text-align: center;">←-----→</p> <p>(2) <i>Não-B mas(SN) A</i></p> <p>- negação forte de <i>B</i> (<i>B</i> é objeto de um ato de refutação do qual <i>A</i> é o instrumento)</p> <p>- manutenção fraca de <i>B</i> (o discurso relatado <i>B</i> é registrado)</p> | <p>(3) <i>A magis quam B</i></p> <p style="text-align: center;">←-----→</p> <p>(4) <i>B mas(PA) A</i></p> <p>- manutenção forte de <i>B</i> (o valor argumentativo do discurso relatado <i>B</i> é concedido e serve de instrumento ao ato de argumentação fundado em <i>A</i>)</p> <p>- negação fraca de <i>B</i> (a eficácia argumentativa é retirada de <i>B</i>)</p> |
|--|--|

Dizer “Pedro não é inteligente, mas esperto” (em que a primeira proposição é uma negação forte) só é possível se se parte da afirmação, ainda que não declarada, de que “Pedro é inteligente”, afirmação que se mantém discursivamente, embora em intensidade mais fraca do que a negação de *B*.

Ao contrário, quando se tem, por exemplo, “Pedro é inteligente, mas estuda pouco”, a manutenção de *B* (Pedro é inteligente) é forte, enquanto a sua negação, realizada a partir da força argumentativa de *A* (estuda pouco), é fraca.

Sem negar que haja fortes relações de sentido entre *mas(SN)* e *mas PA*, o texto sugere, portanto, que ambos derivam historicamente de *magis* comparativo.

4.4

O estudo de Neves (1984) sobre *mas* interfrasal: uma proposta de análise sincrônica com base argumentativa

O estudo de Neves (1984) tem como objetivo principal caracterizar “mais acuradamente o significado básico que permanece nos diferentes empregos desse elemento [mas] e que deve ser apontado como sua significação semântica” (Neves, 1984, p. 21).

Tomando exemplos que ocorrem em posição interfrásica, a autora propõe encontrar as variantes de sentido existentes entre dois grandes grupos geralmente

apontados pelos trabalhos já publicados – um que se caracteriza pela oposição semântica entre os membros coordenados e outro pela concessão.

Para tanto, parte da premissa de que a definição semântica básica de *mas* se refira à noção de desigualdade para os segmentos entre os quais o elemento ocorra.

Com base no estudo de Vogt & Ducrot – comentado acima –, a autora aceita tanto a idéia de que a estrutura adversativa se liga à estrutura comparativa quanto as noções de negação e manutenção semânticas como princípios da argumentatividade. Diferentemente, contudo, dos autores citados, propõe uma abordagem sincrônica para os casos estudados.

Os referidos autores analisaram as semelhanças existentes entre as estruturas comparativa e adversativa preocupados com a derivação histórica entre ambas. Já Neves (1984) propõe que, independentemente de datações históricas, ambas as estruturas apresentam em comum a expressão de desigualdade, a qual a autora define como “um dos traços básicos das atividades do espírito humano, que, sobre o eixo de semelhanças, distingue diferenças” (idem). Assim, o binômio comparativo → adversativo deve ser ampliado para desigualdade → comparativo → adversativo.

Tomando, então, a desigualdade como traço semântico comum às ocorrências com presença de *mas*, a autora passa a buscar as dissemelhanças possivelmente existentes entre as ocorrências analisadas e vale-se também da semântica argumentativa a fim de descrever e avaliar o direcionamento argumentativo dado aos segmentos interligados. Segundo a confrontação entre a direção que tomam *p* e *q* na organização do enunciado, divide os exemplos em dois grandes grupos: o da contraposição (*q* não elimina *p*) e o da eliminação (de algum modo *q* elimina *p*).

As ocorrências encontradas entre esses dois grupos, segundo a autora, apresentam, entre outras, as seguintes implicações semânticas: contraste, contrariedade, oposição, negação, anulação e rejeição.

A autora admite claramente que “é impossível a determinação de classes fechadas ou de unidades discretas na categorização das diversas manifestações do coordenador *mas*” e fala em “zonas nebulosas de interferência entre as diversas realizações semânticas do elemento” (idem).

O trabalho de Neves, portanto, não apresenta o caráter muitas vezes impressionístico presente, por exemplo, em muitas gramáticas do português, ao tratarem de *mas*, e os grupos e subgrupos em que a autora divide as ocorrências são apresentados segundo critérios coerente e previamente ajustados. Porém, para qualquer classificação semântica que se faça sobre ocorrências de *mas* (bem como de qualquer conjunção, ao que parece), corre-se o risco de justamente cair em uma dessas “zonas nebulosas” a que a autora se refere.

O fato é que análises de base funcionalista de um modo geral, sejam elas argumentativas ou de qualquer outra escola, apóiam-se sobretudo em questões semânticas e/ou pragmáticas, e interpretações semânticas são passíveis de discussão.

O trabalho de Neves é, certamente, o mais rico em detalhes, entre os já feitos sobre os usos de *mas* em português. Embora não pretenda esgotar o assunto, o trabalho dá conta de uma série de matizes semânticos que poderiam ser ignorados em uma análise superficial, e o faz de maneira consistente e sistemática. Observem-se, a título de ilustração, alguns exemplos utilizados pela autora:

(2) *Vou bem. Mas você vai mal.*

(3) *Amedrontado, Naé ergueu-se. Mas não chegou a dar um passo: a porta escancarou-se e dois homens avançaram na sua direção.*

A autora enumera as seguintes características sobre (2) e (3): ambos são casos de contraposição, o que significa que *p* e *q* necessariamente se confrontam e distinguem; *q* não elimina *p*; *p* e *q* têm, do ponto de vista argumentativo, direções opostas.

Considerando que, nos casos de contraste, *p* e *q* podem contrastar de diferentes maneiras, em (2) se vê um contraste por antonímia, enquanto em (3) se vê, para a autora, um simples contraste. No entanto, a existência das “zonas nebulosas” permite as observações seguintes.

Primeiramente, deve-se notar que tanto (2) quanto (3) só podem fazer sentido se forem compreendidos dentro de um quadro maior em que há, para além das informações nele contidas e de suas implicações argumentativas, a presença, ainda que não declarada, de expectativas tacitamente compartilhadas pelos interlocutores, no caso autor e leitores.

Mesmo adotando uma ótica apenas argumentativa, deve-se atentar para o fato de que, para a constituição do sentido global dos textos, em (2), “eu” e “você”, os dois temas postos em contraste por antonímia, não poderiam ser comparados em vão. As direções argumentativas que p e q seguem dentro do conjunto (3) são opostas uma à outra, mas é preciso analisar a força argumentativa que o conjunto como um todo assume dentro da unidade maior que é o texto.

Por que e para que dois elementos estariam postos em comparação? Sem se ter acesso à fonte do exemplo, torna-se difícil sabê-lo. Em um primeiro momento, poder-se-ia dizer que, conforme a própria autora salientou anteriormente, a expressão de desigualdade é “um dos traços básicos das atividades do espírito humano”, mas essa seria uma explicação demasiadamente generalizada para se aplicar a casos específicos.

Da mesma forma, em (3), só se pode depreender contraste entre erguer-se e não chegar a dar um passo se, de alguma forma, o texto conduz à expectativa de que Naé, após se erguer, se locomoveria, afinal erguer-se e não dar um passo não são, em princípio, contrastantes. É claro que, para uma semântica não representacionista, como a argumentativa, já se parte do pressuposto de que a linguagem não representa fotograficamente o mundo real. Mas, então, em que dimensão os dois eventos citados estariam em contraste? Eles só podem estar em contraste dentro de uma unidade maior, que é o texto e, se assim o é, faz-se necessário considerar as expectativas que o texto cria no leitor com relação a cada evento narrado separadamente.

Assim, em (2), o contraste fica mais evidente, em primeira vista, graças à antonímia lexical, mas, em (3), não. Então mais necessário ainda se torna recorrer ao texto para entender por que a autora aponta aí um contraste.

Ainda entre os casos de contraposição, Neves (1984) inclui exemplos em que q e p se encontram na mesma direção argumentativa, como em:

(4) “(...) *Os médicos vieram ver Aicá e outras vítimas de fogo selvagem que há no Xingu. Mas vieram principalmente para Aicá, que quando adoeceu já vivia nas cercanias do Posto e que sempre foi um índio muito bom. (...)*”

Sobre casos como o último, observa-se o seguinte: ao contrário de (2), por exemplo, em que os elementos postos em comparação são lexicalmente

contrastantes, não há nenhuma relação de contraste entre os médicos virem ver Aicá e outras vítimas da doença e virem ver especialmente Aicá. Poder-se-ia entender que *mas* introduz um argumento que será focalizado em relação aos demais, o que é corroborado pelo uso de *principalmente*. De acordo com a Semântica Argumentativa, Neves (1984) afirma que *mas* introduz um argumento superior ao anterior.

Aceitando a classificação de Neves (idem), que inclui o caso acima entre os de contraposição, não se discutirá a amplitude que o termo contraposição ganha em uma análise que visa justamente à identificação de diferenças. Apenas se destacará – o que será relevante para as conclusões que poderão ser tiradas da análise proposta nesta tese – que o que ocorre, ainda no exemplo (4), como nos demais, é uma comparação. Dentro de um conjunto de doentes, Aicá, em comparação aos outros, ganha destaque. O item *mas*, então, aponta gramaticalmente uma diferença já destacada também no nível lexical através de *principalmente*.

Há vários exemplos analisados por Neves que não foram comentados aqui. De qualquer forma, sua análise corrobora a tese que defende de que, na estrutura adversativa, pode-se depreender, de alguma maneira, a expressão da diferença, o que, por sua vez, corrobora a tese defendida por Vogt & Ducrot (1980) de que a estrutura adversativa relaciona-se intimamente com a comparativa, já que a diferença só pode ser percebida por via da comparação.

4.5

O trabalho de Fabri (2001): análise da “diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos”

O trabalho de Fabri (2001) analisa a “diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos”. Embora o trabalho vise a relacionar tipos de textos com usos de determinadas conjunções adversativas – o que não interessa diretamente a esta tese –, apresenta a análise justamente dos elementos estudados aqui, e o faz a partir da consideração de dimensões diversas (a sintática, a semântica, a argumentativa, a informacional e a pragmática). Serão comentadas aqui partes do trabalho que digam respeito mais especialmente ao item *mas*.

Os pressupostos teóricos do trabalho são os da lingüística textual e os da semântica argumentativa. As observações apresentadas sobre a dimensão sintática não são muito diferentes das que se encontram no primeiro capítulo da tese. Com relação à dimensão semântica, a autora define quatro traços significativos para as conjunções adversativas: quebra de expectativa, retificação, contraste e negação.

De início, já se pode notar que, embora seus pressupostos teóricos sejam praticamente os mesmos de Neves (1984), os traços encontrados como compondo a significação dos itens em estudo não são os mesmos. A diferença deve-se, sem dúvida, àquilo que já se disse antes: ao fato de a dimensão semântica ser bastante escorregadia, tornando-se mais ainda quando se trata de conjunções, em especial as adversativas. E, entre estas, *mas* principalmente é dado a ocorrências que se diferenciam por “zonas nebulosas”.

As conclusões de Fabri (2001) são bastante interessantes. Por exemplo, com relação à natureza dos segmentos que podem ser interligados por conjunções, Fabri observa que, no caso de tais segmentos serem sintagmas nominais, o tipo de texto será necessariamente descritivo, que, “ao caracterizar, dizer como é, o faz por estruturas que não incluem verbos” (Fabri, 2001, p. 106). Com relação à análise quantitativa, constatou-se, por exemplo, que *no entanto* foi estranhamente encontrado, no *corpus* analisado, em maior proporção do que *porém*. Como esta tese não tem preocupação direta nem com a relação entre conjunções e tipos textuais nem com análises quantitativas, essas observações não serão consideradas em maior grau.

O que interessa é que as variações de significação que se distribuíram diferentemente conforme cada item e conforme cada tipo de texto têm em comum a expressão da diferença. Embora já tenham sido mencionados, abaixo será reproduzida a matriz em que são expostos:

| Traços de significação | Variações de significação | Regularidades |
|------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Quebra de expectativa | (q) quebra a expectativa de (p) | Conhecimento de mundo partilhado |
| Retificação | (q) retifica (p) | ... não p, adversativa q |
| Contraste | (q) não elimina (p) | (q) apenas distingue-se de (p) |
| Negação | (q) nega, anula (p) | (p), adversativa (q) |

Para ilustrar casos de quebra de expectativa, a autora apresenta dois exemplos, que serão transcritos:

(5) “[... O estrangeiro provoca a nossa desconfiança, às vezes, o nosso medo. Nem sempre entendemos os seus gestos e certamente não compreendemos a sua língua.

Ele não se veste como nós, a sua fisionomia pode ser diferente da nossa e não adora os nossos deuses... (p)]

E, no entanto, sentimos que o contrário também é verdade. Frequentemente sonhamos com o país distante, a terra prometida onde possamos realizar nossos desejos (q).”

(6) “[*Há também quem se anime com as fontes sulfurosas a 70°C. Dizem que são terapêuticas (p)*], *mas queimam a pele e fedem a ovo podre, a enxofre (q).*”

Fabri (2001) descreve os casos de quebra de expectativa como aqueles em que a seqüência *q* quebra a expectativa criada pela seqüência *p* e em que há um conhecimento de mundo partilhado que é pressuposto e quebrado a partir da oração iniciada pela conjunção adversativa. A partir dessa definição, sua interpretação para o primeiro exemplo é que, nele, a seqüência *p* aponta para uma rejeição ao estrangeiro, ao passo que “a seqüência *q* quebra essa expectativa de rejeição na medida em que considera a partir de *no entanto* ser verdade que

sonhamos com essa mesma terra rejeitada e que ela pode realizar nossos desejos” (Fabri, 2001, pp. 83-84).

Já com relação ao exemplo (6), Fabri considera que a quebra de expectativa se dá porque, “de acordo com o nosso conhecimento de mundo o que é terapêutico é benéfico e pode levar à cura, entretanto a seqüências *q*, iniciada pelo *mas*, quebra a expectativa criada e apresenta os problemas das águas sulfurosas como queimaduras e mau cheiro” (Fabri, 2001, p. 84). Os exemplos e comentários de Fabri serão retomados adiante. Ressalve-se, de uma vez, que estão transcritos *ipsis litteris*.

Para os casos de retificação, a autora utiliza, entre outros, os seguinte exemplos:

- (7) “*Na boiada já fui boi
Mas [um dia me montei
Não por um motivo meu
Ou de quem comigo houvesse
Que qualquer querer tivesse (p)]
Porém por necessidade de o dono de uma boiada cujo vaqueiro
morreu (q).*”

Esse seria um exemplo em que *q* corrige, retifica *p*, similar a outros tratados por Vogt & Ducrot (1980) para tratar de *mas(SN)*, comentados anteriormente.

É interessante observar que, também entre os casos de retificação, Fabri (2001) inclui exemplos nos quais *q* pode “mudar a orientação do assunto de *p*, dando seqüência ao texto”, como em:

- (8) “[*O pai examinou a situação e propôs: – “Olha, Henriquinho, se a tartaruga está morta não adianta mesmo você chorar. Deixa ela aí vem cá com o pai.*”

*O pai sentou-se na poltrona, botou o garoto no colo e disse (p)]:
“Mas nós vamos fazer pra ela um grande funeral (q)”.*

Fabri entende que, no exemplo acima, “a narrativa caminha com a presença do narrador e a fala do pai que tenta consolar o filho, entretanto é interrompida a partir do emprego do *mas* que, ao introduzir a voz do pai, dá uma nova orientação à conversa, acrescentando uma outra idéia a de ‘fazer um grande funeral’, como um consolo para o mesmo”. Ao contrário, porém, do que se espera em uma retificação, a primeira parte da fala do pai não foi anulada pela segunda.

Sobre os casos em que se vê contraste, a autora entende que, neles, *q* não elimina *p*, havendo entre ambos um “eixo de comparação do mesmo elemento ou de elementos diversos que pode apresentar-se em termos de semelhanças ou de dissemelhança” (Fabri, 2001, p. 82). Os exemplos apresentados são os seguintes:

(9) “[*Durante uma conversa ou uma reunião, quanto mais você discordar, mais iminente será a briga. Posicione-se (p)*], *mas refreie seus impulsos de levar a coisa para o lado pessoal (q)*.”

(10) “[*A diminuição dos limites máximos de empréstimos contribui, em tese, para que os bancos restrinjam um pouco mais a oferta de crédito, o que pode aprofundar as tendências recessivas na economia (p)*]. *Na prática, porém, é cedo para avaliar se esse efeito terá magnitude significativa (q)*...”

Fabri entende que o primeiro exemplo “constata um eixo de identidade entre *p* e *q*: a atitude. O contraste é estabelecido pela dissemelhança existente entre *p* atitude de discordar, posicionando-se e *q* atitude de refrear os impulsos”. Já no segundo exemplo, a autora entende que “o eixo de identidade entre *p* e *q* diz respeito às medidas que vão afetar os serviços bancários. O contraste se institui entre a teoria (diminuição dos limites de empréstimos, restringindo e causando recessão) e a prática (é cedo para avaliar qual será o efeito).

Por último, os exemplos de negação, a autora entende como sendo aqueles em que se encontram (a) o reconhecimento de uma atitude em *p* e em seguida sua negação, refutação ou (b) o reconhecimento de uma entidade em *p* e a negação de outra entidade em *q*, contrapondo-se à já reconhecida. Para (a), o exemplo dado é:

(11) “*É um país sórdido que escamoteia até as palavras. [Quem deveria pagar IR (p)], mas não o faz (q), não pratica sonegação, no vocabulário desse Brasil indecente.*”

Fabri entende que, em (11), “*p* reconhece que há pessoas que deveriam pagar imposto de renda (IR), entretanto *q*, oração introduzida pela adversativa *mas*, nega a ação que deveria ser praticada, afirmando que essas mesmas pessoas não pagam IR” (Fabri, 2001, p. 79).

Para (b), o exemplo dado é:

(12) “*[Foram presos o mecânico Edivaldo Pereira da Silva, 23, e os adolescentes M.V.A., 17, e D.B., 17.*

No domingo passado, outros três homens foram presos sob suspeita de pertencer à gangue da batida (p)], mas eles não foram reconhecidos pelas mulheres vítimas... (q)”.

Para Fabri, no caso,

p declara que homens suspeitos de pertencer à gangue da batida foram presos, em seguida, a seqüência *q*, introduzida pelo *mas*, contrapõe-se a *p* através da negação nela contida: os presos suspeitos não foram reconhecidos pelas vítimas e portanto poderão ser libertados, havendo assim uma negação na oração adversativa. (Fabri, 2001, p. 80)

A autora ainda lembra que, conforme o *corpus* que analisou, “as negações aparecem lexicalizadas através de palavras como: não, nenhum, nada, sem” (idem).

Da mesma forma que se fez com alguns exemplos de Neves (1984), serão comentados os exemplos de Fabri (2001). O exemplo (5) foi retirado, segundo a autora, de um texto dissertativo que trata do caráter nacional brasileiro. Em não se conhecendo a linha argumentativa geral que norteia o texto, fica difícil avaliar a força argumentativa do trecho destacado dentro da unidade textual maior em que se insere. Apesar da falta desse contexto maior, o que se pode notar é que *q* não necessariamente quebra algum tipo de expectativa criado por *p*. É fato que *p* e *q*, no caso, são contrastantes, afinal sentir medo do estrangeiro e freqüentemente sonhar com ele são atitudes que podem ser entendidas como contrastantes, mas é

discutível a afirmação de que haveria entre ambos os segmentos uma relação de quebra de expectativa, a não ser que se discuta melhor o que se entende por quebra de expectativa. Na matriz apresentada anteriormente, a autora aponta, como regularidade desse tipo de significação, o conhecimento partilhado. Mas não se vê em (5) um conhecimento de mundo partilhado, a menos que se trate de algum conhecimento criado e autorizado pelo sentido geral do texto. No caso, então, se teria um conhecimento estritamente localizado.

Conforme se verá, nos exemplos de contraste, Fabri (2001) entende que q não elimina p , ao passo que, nos casos de quebra de expectativa, q quebra uma expectativa gerada por p . O fato para o qual se quer chamar a atenção é que, apesar da coerência da análise apresentada por Fabri, o raciocínio empregado para apontar uma quebra de expectativa em (5) e (6) poderia autorizar a compreensão do exemplo (9) também como apresentando quebra de expectativa. O locutor pode fazer a restrição contida em q justamente por julgar que o interlocutor possa entender que “posicionar-se” significa não ter que refrear os impulsos.

Os traços de significação apresentados por Fabri e comentados acima são incluídos por ela naquilo que ela denomina dimensão semântica. Além desta e da dimensão sintática, ela trabalha com a dimensão argumentativa, com a dimensão informacional, com a dimensão pragmática. Para cada uma delas, apresenta uma matriz teórica, como a reproduzida acima para a dimensão semântica.

A matriz teórica da dimensão argumentativa é a seguinte:

| NATUREZA | TIPO DE RELAÇÃO | REGULARIDADES |
|---|-----------------|---|
| Operadores argumentativos Encadeadores do discurso | Contrajunção | Adversidade a algo explícito ou implícito nos enunciados anteriores |

A distinção entre operadores argumentativos e encadeadores do discurso não é detalhada por Fabri. Nesta tese, a distinção não se mostra de grande relevância, o que pode parecer, em princípio, bastante inconsistente, já que, no português medieval, os itens em questão, inclusive *mas*, funcionam basicamente como encadeadores do discurso, na medida em que dão seqüência ao fluxo narrativo. No entanto, essa questão será discutida no próximo capítulo.

Sobre o fato de a adversidade dar-se a algo explícito ou implícito nos enunciados anteriores, considera-se aqui ser este um dos pontos centrais a serem tratados no estudo dos itens contrajuntivos de um modo geral. Quando a relação contrajuntiva acontece entre uma informação dita e outra implícita, tem-se uma operação altamente sofisticada e elaborada, que foi, via de regra, negligenciada pelos estudos gramaticais tradicionais.

E as abordagens argumentativas são capazes de descrevê-la coerentemente segundo os mesmos critérios com que descrevem os exemplos em que a relação ocorre entre duas informações explícitas. A análise argumentativa, no entanto, não dá conta de explicar como ocorrências diferentes, do ponto de vista cognitivo, quanto ao grau de elaboração podem apresentar o mesmo item gramatical como elo entre as informações postas em relação.

A semântica argumentativa descreve as semelhanças e diferenças existentes entre as diversas ocorrências do item, mas não explica a motivação que subjaz a uma gama tão variada de sentido. Observar que os diversos itens têm um sentido comum é descritivo, mas não explicativo. É claro que essa preocupação não se encontra no escopo da abordagem argumentativa, mas, quando se trata da gramaticalização de um item, ela não deve ser ignorada, principalmente se o que se busca é a motivação do fenômeno.

A matriz teórica da dimensão informacional, por sua vez, será reproduzida abaixo:

| TIPO DE INFORMAÇÃO | NATUREZA DO CONTEXTO | UNIDADES DE INFORMAÇÃO |
|--------------------|--------------------------|------------------------|
| Informação dada | Conhecimento partilhado | Cláusulas |
| Informação nova | Conhecimento introduzido | Foco de informação |

Fabri observa que, em seu *corpus*, a presença de uma adversativa traz categoricamente uma nova informação, sendo que o comentário contido na proposição em que aparece colabora para dar continuidade ao texto.

Já a dimensão pragmática recebeu a seguinte matriz teórica:

| NATUREZA | TIPO DE RELAÇÃO | SÉRIE DE CARACTERÍSTICAS |
|------------------------|-----------------------------------|---|
| Conectivos pragmáticos | Inter-relações entre atos de fala | Situações do discurso Crenças Desejos Avaliações |

De acordo com seus dados, que são exclusivos da escrita, a autora apurou que funcionam como conjunções pragmáticas somente aquelas adversativas com valor semântico de retificação e especificamente aquelas que são responsáveis pela mudança de direção do tópico da seqüência anterior. Um exemplo citado foi:

(13) “[*A roupa lavada, que ficava de véspera nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um fartum acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquecidas no lugar da lavagem e em alguns pontos azuladas pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas (p)*].

Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono, ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas... (q)”

Fabri (2001, p. 100) entende que, no exemplo anterior, o autor em *p* descreve o ambiente exterior do local, enquanto em *q*, a partir de *entretanto*, muda a orientação descrevendo as ações que se sucediam naquele mesmo local. Para a autora, *entretanto* não só estabelece diferença entre *p* e *q*, mas sobretudo dá um novo enfoque à seqüência, o que contribui para a progressão do texto, sendo que a função pragmática da conjunção é a de dar uma outra orientação para o enunciado que se segue.

A autora chama a atenção para o fato de que há, no uso dessa conjunção, aspectos semânticos envolvidos, “já que ela estabelece uma diferença, uma desigualdade entre os dois planos descritos: o primeiro, características externas do local; o segundo, ações ocorridas nesse local” (idem). Por isso, admite a integração entre os planos semântico e pragmático.

Exemplos como (13) encontram-se à exaustão no português medieval, já que são típicos de textos narrativos, tipo (ou gênero, como se queira) prioritário nos documentos da época.

4.6

Outras abordagens de *mas*: análises centradas no uso

A dimensão pragmática merece ser comentada por vários motivos. Primeiramente, é necessário esclarecer que a disciplina pragmática, muitas vezes definida como aquela que trata da língua em uso, é uma disciplina que, embora nova, vem ocupando espaço cada vez maior nas análises lingüísticas focadas no uso, como as funcionalistas.

Sua preocupação volta-se para questões tais como: Que fazemos quando dizemos algo? Qual o papel dos interlocutores na fala? Nesse sentido, a linguagem passa a ser associada a uma forma de ação do homem no mundo. Dois nomes inevitavelmente citados quando se fala em pragmática são Austin e Searle, que, a partir da teoria dos atos de fala, reivindicam que todo uso da língua envolve um ato de fala, o qual, por sua vez, deve ser apropriado a um contexto.

O item *but* (inglês) foi estudado por Van Dijk (1981) em uma perspectiva pragmática. Um exemplo dado pelo autor é:

(14) a) *Can you tell me the time? (Você pode me dizer as horas?)*

b) *But, you have a watch yourself. (Mas, você tem um relógio.)*

Para o autor, no exemplo citado, *but* indica que o falante não aceita o ato de fala anterior. Dessa forma, o item estaria atuando no plano da ação e não no do conteúdo.

De um modo geral, como lembra Fabri (2001, p. 41),

a maioria dos conectivos pragmáticos pode ser designada com uma função em termos de satisfação de condições para o ato de fala antecedente ou subsequente. Um falante somará, questionará, atacará uma das condições, ou mesmo o ato de fala como um todo. As variações podem ser estilísticas, retóricas e conversacionais: alguma forma será mais educada, mais agressiva do que a outra forma.

Uma das questões mais discutidas, quando se fala em pragmática, diz respeito à sua possível autonomia com relação aos outros componentes lingüísticos. Os trabalhos de base enunciativa até agora discutidos apóiam-se na integração entre pragmática e semântica. Fabri (2001), ao analisar o exemplo (13), defendeu que, se há uma desigualdade entre dois planos descritos, isso diz respeito também à semântica e não só à pragmática.

Um exemplo interessante dado por Van Dijk (1981) e retomado também por Fabri (2001) é o seguinte:

(15) *Harry was ill, but he came to the meeting anyway. (Harry estava doente, mas veio à reunião assim mesmo)*

Fabri (2001, p. 39) faz as seguintes observações:

estar doente é uma razão normal para não participar de encontros e por isso o *but* (mas) pode ser empregado. O nosso conhecimento sobre encontros e sobre a doença gera certas expectativas que o falante assume e que são divididas com o ouvinte.

O exemplo é utilizado para mostrar que, para Van Dijk (1981), assim como há traços semânticos nos conectivos ditos pragmáticos, também há traços pragmáticos nos conectivos ditos semânticos.

Em (15), ter-se-ia uma implicação, ou seja, é a partir do conhecimento de mundo e expectativas específicas do falante, compartilhados com o ouvinte, que a proposição introduzida por *but* torna-se inesperada diante da proposição anterior. Haveria para Fabri (2001, p. 40), em concordância com Van Dijk (1981), “um julgamento por parte do interlocutor, da atitude de Harry, provocado pelo seu esforço, compromisso em ter comparecido à reunião mesmo doente”.

Mais à frente se verá que, embora Van Dijk considere *but* de (15) como um conectivo semântico, Sweetser (1991) proporá uma análise que engloba, em uma mesma análise, a questão do contraste existente entre as duas proposições e as questões consideradas de ordem pragmática.

Destaque-se, porém, o seguinte: a intuição lingüística pode levar a crer que, tanto na versão inglesa quanto na portuguesa da referida frase, *anyway* e *assim mesmo*, respectivamente, são fundamentais para reforçar o contraste

existente, servindo, assim, para reforçar aquilo que Fabri chamou de “julgamento, por parte do interlocutor” da atitude de Harry.

Trata-se de uma observação importante para corroborar duas idéias defendidas nesta tese: (i) a de que os elementos chamados de conjunções não estabelecem por conta própria relações de sentido entre partes interligadas e (ii) o uso de expressões adverbiais como *anyway* e *assim mesmo* pode ser muito necessário para reforçar uma idéia de contraste já existente em certos contextos, o que explica, em grande parte, o uso de itens lexicalmente relacionados com *anyway*, como *todavia* – que será tratado no próximo capítulo –, nos referidos contextos. Por indicarem, em muito, um julgamento do falante sobre a enunciação feita, são propícios para serem empregados em contextos nos quais haja uma relação de contraste que se queira destacar.

Independentemente de como serão analisados os exemplos de Van Dijk (1981), o fato é que seu trabalho serve para apontar a vasta gama de implicações pragmáticas que podem estar envolvidas nos usos de *but*. Nesta tese, acredita-se que, se se entende o pragmático como intimamente relacionado ao contexto, todos os exemplos terão uma cota de informação pragmática a ser considerada, mas é claro que em alguns exemplos questões conversacionais ficam mais evidentes. O que não se pode é negligenciar a questão pragmática e/ou conversacional de qualquer que seja a análise proposta para a análise dos dados. Os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott & König (1991) comprovam que as implicaturas conversacionais são tão importantes a ponto de a convencionalização de algumas delas poder levar à gramaticalização.

Analisando dados do português falado, Castilho (1997) encontra exemplos do item *mas* assumindo a função, segundo ele, de marcador conversacional, como em:

(16) A. “*gosto do campo pra dormir... descansar por lá... negócio de cultivar não é comigo...*”

B. *mas você falou que passava férias numa fazenda...*

A. *eu gosto de andar a cavalo...*

B. *sim mas você não pode descrever pra ele pelo menos como é que é essa fazenda?”*

Esse é um uso que não será analisado nesta tese, que dispõe unicamente de dados escritos. Dados conversacionais só aparecerão no caso de serem reportados nos textos analisados. É interessante destacar, porém, que Castilho vê, nos usos discursivos do item, um valor inclusivo similar ao que se vê no advérbio latino *magis*.

Não se discutirá se o que se vê nos usos de *mas* como no exemplo anterior diz respeito a um processo de gramaticalização ou a um processo de discursivização, que seria

um processo em que os elementos perdem função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio na fala, funcionando como marcadores discursivos, que, ora marcam uma retomada da linha de raciocínio perdida (ou, de um modo geral, mudanças de estratégia comunicativa), reorganizando o discurso e ao mesmo tempo chamando a atenção do ouvinte para essa retomada; ora funcionam como artifício para o falante, sem perder a palavra, refletir sobre o que vai dizer, funcionando como preenchedores de pausa. (Martelotta *et al*, 1996: 261-262)

No caso acima, Castilho (1997, p. 112) recorre a Sweetser (1991) para explicar que “mesmo expressões altamente gramaticalizadas como as conjunções liberam sentidos nos enunciados, o que aponta para um processo de gramaticalização em movimento”. Sendo assim, ele afirma: “quando se trata da LF [língua falada], não há como opor gramaticalização diacrônica a gramaticalização sincrônica. Registros dessa modalidade guardam uma sorte de “memória histórica”, diluindo ainda mais os já precários limites entre sincronia e diacronia” (Castilho, 1997, p. 111).

Mas, o que realmente interessa é perceber que, no exemplo (16), é possível ver, além da idéia de soma apontada por Castilho (1997), alguma das funções elencadas por Martelotta (1996) e, também, uma idéia de contraste, pelo menos no primeiro *mas*. Na verdade, aqui também se tem uma daquelas ocorrências em que é difícil definir com precisão o sentido de *mas*.

O exemplo não poderá ser mais explorado devido ao escopo deste trabalho, mas fica registrado o quanto ele demonstra que a dificuldade de se depreender um sentido preciso para o item, mesmo em uma fase aparentemente avançada de gramaticalização, pode sugerir que os sentidos possivelmente apontados para o mesmo não guardam entre si uma relação de derivação, em que

uns derivariam dos outros em ordem escala e linear, o que ainda será mais discutido no decorrer do trabalho.

4.7

O trabalho de R. Lakoff (1971)

Um estudo que não poderia ser excluído aqui é o de Lakoff (1971), principalmente porque tem servido de referência para muitos estudos que se lhe sucederam, entre eles o de Neves (1984) – como se viu – e o de Sweetser (1991), que será discutido posteriormente.

Lakoff analisa especificamente três conjunções do inglês: *if*, *and* e *but*. Começa por *and*, a partir de ocorrências gramaticais e agramaticais. Conclui que a gramaticalidade de sentenças nas quais duas orações estejam ligadas pela referida conjunção, se não se construir superficialmente, depende, então, de uma combinação de pressuposições e deduções que uma delas ou ambas desencadeiem.

O mesmo raciocínio depreendido do estudo de *and*, a autora segue para analisar *but*. Em princípio, *but*, assim como *and*, exige que haja um tópico comum entre os dois segmentos postos em conjunção. Esse “tópico comum” ocorre segundo a situação em que o item esteja empregado. Quando esse tópico comum não está explícito, é preciso buscá-lo em meio a deduções e pressuposições. Alguns exemplos merecem atenção:

(17) *John is a Republican, but you can trust Bill. (John é Republicano, mas você pode confiar em Bill)*

Lakoff (1971) explica que a aceitabilidade de (17) depende não só de propriedades inerentes aos republicanos, mas de sentimentos que os falantes tenham sobre eles. Conforme sejam esses sentimentos, o falante aceitará ou não (17). Note-se que se trata de crenças e sentimentos que são específicos de um grupo de pessoas.

Já em uma sentença como a seguinte, a pressuposição liga-se a um conhecimento de mundo geral, segundo o qual há uma relação entre ser alto e ser bom no basquete, Veja-se:

(18) *John is tall but he`s no good at basketball. (John é alto, mas não é bom no basquete)*

Lakoff vê isso como uma expectativa: a de que pessoas altas sejam boas no basquete, de forma que *but* torna-se adequado na sentença por haver, nela, essa quebra de expectativa. O mesmo se vê em (19):

(19) *John hates ice cream, but so do I. (John detesta sorvete, mas eu também)*

Para Lakoff, em (19), há a pressuposição de que eu e John tenhamos gostos diferentes. Trata-se também, portanto, de uma quebra de expectativa.

Por outro lado, sentenças como (20) e (21) são gramaticais independentemente de se depreender nelas qualquer pressuposição, haja vista que a oposição dá-se até mesmo lexicalmente:

(20) *John hates ice cream but I like it. (John odeia sorvete, mas eu gosto)*

(21) *John is tall but Bill is short. (John é alto, mas Bill é baixo)*

Lakoff, portanto, distingue dois sentidos básicos para *but* do inglês: o de quebra de expectativa, ilustrado pelos exemplos (18) e (19), e o de oposição semântica, como em (20) e (21). Seu trabalho tem sido vastamente referido em estudos que tratem de algum tipo de contrajunção justamente em função dessa bipartição, que repousa sobre questões de pressuposição e deduções, ou seja, sobre o implícito presente na língua.

Longhin (2002, p. 110-111) apresenta as seguintes considerações sobre o trabalho em pauta:

A explicação de Robin Lakoff dá margem a questionamentos uma vez que não esclarece, como seria desejável, todos os MAS que aparecem no português. Além disso, há um inconveniente na definição de alguns conceitos empregados, entre eles, o de pressuposição semântica. Não fica claro se essa oposição resulta do descordo, no nível proposicional, entre dois segmentos, ou se ela se refere a qualquer tipo de antonímia entre itens contidos nas sentenças, ou ainda se ela diz respeito à oposição no nível das pressuposições e implicações.

Em contrapartida, um dos pontos mais significativos do trabalho de Lakoff é seu reconhecimento do papel do contexto como um fator crucial na descrição de *Mas*.

De fato, Lakoff (1971) dá destaque ao contexto, como na análise que propõe para o já clássico exemplo:

(22) “*John is rich but dumb*” (*John é rico mas estúpido*)

O exemplo só pode ser avaliado, segundo a autora, dentro de algum contexto. Por exemplo, uma mãe que queira dissuadir a filha de casar-se com João poderia dizer que ele é rico (uma boa qualidade), mas estúpido (um defeito), não sendo, portanto, um bom partido. Aqui se teria um caso de oposição semântica.

Por outro lado, alguém que julgue que pessoas ricas não são estúpidas poderia ter empregado *but* justamente por haver aí, então, uma quebra de expectativa.

É verdade que o trabalho em questão pode apresentar as lacunas elencadas por Longhin (2002). No entanto, a autora propõe que, em função das complexas combinações de pressuposições e deduções que se encontram na produção e interpretação de sentenças nas quais ocorra *but*, a capacidade do usuário da língua de lidar com esses fenômenos seja entendida como incorporada à sua própria gramática, até porque os interlocutores, mesmo sem o saberem, julgam a gramaticalidade das sentenças que contêm *but* com base na apreensão de tais informações implícitas. Essa parece uma forma pertinente de lidar com os tênues limites que separam semântica e pragmática e de dar maior consistência à questão da motivação lingüística que leva todos os sentidos de *but* a serem relacionados entre si. Essas diferenças estariam relacionadas com o conhecimento gramatical do falante e não só com suas habilidades argumentativas.

Além disso, Lakoff aponta uma “hierarquia de naturalidade” de pressuposições e deduções: algumas são mais universais, como em (18); outras menos, como em (17); e outras idiossincráticas, como em (19). Os exemplos (5) e (6), utilizados por Fabri (2001) e comentados na seção 4.5, são fortemente idiossincráticos. As expectativas constatadas por Fabri só podem ser entendidas a partir de uma leitura que considere, portanto, todo o contexto específico em que se insere a sentença. Além disso, essa hierarquia permitiria uma análise mais

“econômica” que englobaria em um mesmo conjunto ocorrências que Neves (1984), por exemplo, separa, como o (23) – que ela encaixa entre aqueles em que ocorre acréscimo de informação – e o (24) – que ela inclui entre aqueles em que q é a negação da inferência de p :

(23) “*Casou-se, mas não foi com a Luizinha.*”

(24) “*E nas noites de sexta-feira não faltava quem visse a tal luzinha apagando e acendendo perto do alpendre. Explicavam:*

- É a alma de Seu Durães fazendo penitência.

Mas, apesar da fama de lugar mal-assombrado, (...) os meninos do Ribimba costumavam ir durante o dia ao casarão solitário que dominava o barranco”.

É verdade que Neves quer justamente encontrar os sentidos de *mas* que possam existir entre os dois extremos apontados por Lakoff (1971), o que se justifica como descrição sincrônica, mas, para uma análise diacrônica, seria difícil partir de um modelo tão detalhista. Além disso, Neves detectou justamente haver um ponto comum entre todos os usos por ela identificados: o da desigualdade como sentido geral para todos os usos de *mas*.

O modelo proposto por Lakoff dá conta de englobar os dois exemplos em casos de quebra de expectativa. No primeiro, apesar da falta de um contexto maior, parece que só se diz que não foi com Luizinha que alguém se casou porque havia a expectativa de que tivesse sido. Trata-se de uma expectativa idiosincrática, criada por um contexto determinado em um momento muito delimitado. No segundo, Neves entende que p cria, por um processo de inferência, a idéia de que ninguém quereria entrar em um casarão mal-assombrado, o que q contradiz. Nesse caso também, pode-se entender a inferência como uma expectativa quebrada imediatamente à sua formação.

Ao apresentar a classificação de alguns casos como sendo de “negação de inferência”, Neves chama a atenção para o fato de que a inferência, tal como defendido por nomes como Fillmore e Ducrot, é uma questão pertinente à análise lingüística. Assim, não é o mundo exterior que nos faz concluir que Sócrates, em

sendo homem (e no caso de os homens serem mortais), é mortal, mas sim uma formulação lingüística que leva a uma conclusão lógica.

O mesmo se pode dizer para as pressuposições apontadas por Lakoff, principalmente para as não universais. Tanto inferências quanto pressuposições fazem parte de um conjunto de informações mentalmente relacionadas que chegam a expressar-se na língua apenas em certa medida, mas que nem por isso dispensam as pistas que a linguagem oferece para que elas sejam acessadas.

A vantagem do modelo de Lakoff para este trabalho consiste, portanto, em permitir que se dê conta economicamente de uma gama muito grande de ocorrências que, segundo os critérios de análise estabelecidos, poderão encaixar-se em um dos dois grupos propostos pela autora.

Em princípio, poderia parecer que, quanto maior o elenco de sentidos apontados para *mas*, mais fácil seria encontrar a motivação que preside sua gramaticalização ao longo do tempo. Note-se, porém, que seria um objetivo, a bem dizer, inalcançável listar todos os sentidos encontrados em diversos *corpora* distribuídos diacronicamente.

E, suponha-se que eles estivessem todos listados, certamente a conclusão que se tiraria é que todos guardam entre si um sentido comum, manifesto de diversas maneiras e com diversas nuances de diferença, mas um sentido comum. Se guardam um sentido comum, como definir qual sentido dá origem a qual? Se um mesmo item pode aparecer ligando gramaticalmente e/ou discursivamente segmentos que guardam relações de sentido aparentemente tão diversas, a motivação para o fenômeno deve estar no que essas relações têm em comum, e não de diferença.

4.8

O trabalho de Sweetser (1991)

Em outra seção, já foram apresentados os pontos teóricos básicos de Sweetser (1991). Nesta, os comentários se concentrarão na parte em que a autora propõe uma análise para o elemento *but*. Analisando questões referentes a conjunção, coordenação e subordinação, ela discute, entre outros tópicos, os itens *and*, *or* e *but*, os mesmos tratados por Lakoff (1971).

De início, propõe a existência de três domínios (domínio no sentido que ela dá ao termo, conforme já dito anteriormente) para o emprego das conjunções em geral, a saber: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. É relevante lembrar que, para Sweetser (1991), na linguagem, manifesta-se uma projeção entre esses diversos domínios, em sentido unidirecional, via operações metafóricas. Esse processo permite a elaboração e reelaboração constante de significados. Lembre-se também que o domínio do conteúdo remete ao mundo real não em um sentido representacionista, segundo o qual o mundo real se espelharia nas expressões lingüísticas. O domínio do conteúdo é o domínio a partir do qual, em função de suas experiências físicas, como as sensório-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente.

No caso de *and*, Sweetser sugere que há, entre os três domínios citados, a manifestação de um sentido básico, que a partir de um domínio fonte se projeta aos demais: o de se colocar coisas lado-a-lado em um processo de adição. Veja-se:

(25) *John eats apples and pears. (John come maçãs e pêras.)*

Nesse caso, a adição de coisas é simples e não obedece a nenhuma ordem nem de temporalidade nem de causalidade, tanto que os elementos “somados” poderiam ter a ordem invertida sem danos para a sentença como um todo. A esse tipo de caso em que se pode inverter a ordem dos elementos ou cláusulas, Sweetser chama simétrico, terminologia adotada em outros trabalhos, como no de Lakoff (1971), comentado anteriormente.

Já no exemplo seguinte, a inversão não seria cabível sob pena de comprometer a própria gramaticalidade da sentença. A esse tipo de caso se chama assimétrico:

(26) *John took off shoes and jumped in the pool. (John tirou os sapatos e pulou na piscina).*

Sweetser entende que a assimetria vista acima deve-se à iconicidade da linguagem, que faz com que a ordem temporal de sucessão que os eventos relatados seguem no mundo real se reproduza lingüisticamente. O uso narrativo de

and comprova a interação existente entre a linearidade inerente ao uso lingüístico e o conceito geral de “pôr as coisas lado-a-lado”.

O exemplo seguinte ilustraria, por sua vez, uma linearidade decorrente não do mundo real, mas sim de um processo lógico, sendo, portanto, um exemplo de *and* no domínio epistêmico:

(27) “*Why don`t you want me to take basketweaving again this quarter?*”

Answer: Well, Mary got anMA in basketweaving, and she joined a religious cult. (...so you might go the same way if you take basketweaving). (Por que você não quer que eu pegue basketweaving de novo esse bimestre? Resposta: Bem, Mary tem um MA em basketweaving e ela se juntou a um culto religioso. (... assim você pode ir para o mesmo caminho se você pegar basketweaving.))

Em (27), a ordem das cláusulas não reproduz iconicamente uma ordem de eventos sucedidos no mundo real, e sim uma ordem de premissas que levam a uma conclusão.

A partir do mesmo raciocínio exposto acima, Sweetser (1991) analisa a adversativa *but*, que, segundo ela, conecta orações que contrastam entre si ou mesmo “colidem”. Antes de analisar os exemplos que apresenta, a autora afirma que *but* pode ocorrer, em princípio, em dois dos três domínios citados: o epistêmico e o conversacional. Sendo assim, fica em aberto a possibilidade de o item ocorrer ou não no domínio do conteúdo. Caso não seja possível, *but* então teria uma idiosincrasia em relação às demais conjunções analisadas.

Para defender que *but* pode ocorrer no domínio epistêmico, a autora lança mão do seguinte exemplo:

(28) “*John keeps six boxes of pancake mix on hand, but he never eats pancakes*”. (*John mantém seis caixas de mistura para panquecas estocadas, mas nunca come panquecas*)

Para ela, no exemplo (28), o fato de John estocar panquecas levaria à conclusão de que ele come muitas panquecas, o que colide (*clash* é o termo usado) com a informação introduzida por *but*.

O choque pode dar-se também entre duas conclusões implícitas, suscitadas por duas premissas conectadas por *but*, como em:

(29) “*Do you know if Mary will be in by nine this evening?*

Answer: Well, she`s nearly always in by then, but (I know) she has a lot of work to do at the library, so I`m not sure.”

(Você sabe se Mary vai estar em casa às nove esta noite? Resposta: Bem, ela sempre chega por volta das nove, mas (eu sei) ela tem um monte de trabalho a fazer na biblioteca, então não tenho certeza.)

Em (29), o fato de Mary sempre estar em casa por volta das nove leva à conclusão de que ela estaria também naquela noite, mas o fato de ter muito trabalho na livraria funcionaria como premissa para conclusão contrária. Note-se que Sweetser (1991) vê dois argumentos que se encaminham para conclusões distintas, ou melhor, mutuamente excludentes. Caberia aqui o mesmo diagrama apresentado por Koch (2001a) para o exemplo (1). A diferença é que Sweetser (1991) situa o exemplo em um modelo que visa a encontrar relações entre diversos domínios da linguagem, o que não pode ser visto como banal.

No nível conversacional, o choque pode dar-se entre as intenções dos atos de fala:

(30) “*King Tsin has great un shu pork, but China First has excellent dim sum.*” (*King Tsin tem um ótimo shu pork, mas o China First tem excelente dim sum*).

Em (30), há duas sugestões indiretas apresentadas como atos de fala – ir comer no King Tsin e ir comer no China First –, donde a gramaticalidade no uso de *but*.

Até aqui se viu que Sweetser (1991), assim como Lakoff (1971), reivindica um papel crucial às informações e conclusões pressupostas na análise da função gramatical de *but*, ponto que será relevante para a discussão a respeito da (in)existência de um domínio do conteúdo para o item.

Analisando o item *because*, a autora já havia apontado que as relações de sentido, quando assentadas no domínio do conteúdo, têm ligação com o que se

sabe sobre o mundo real; já nas relações assentadas no domínio epistêmico as relações de causa e efeito são construídas mentalmente. Veja-se:

(31) *John came back because he loved her. (John voltou, porque a ama.)*

(32) *John loved her, because he came back. (John a ama, porque voltou.)*

Em (31), como a primeira oração é tomada como pressuposta, compartilhada, é possível entender a afirmativa como se realizando no domínio do conteúdo. E há uma causa no mundo real que leva John a voltar. Já em (32), a relação entre as duas proposições dá-se somente no âmbito cognitivo, pois um fato expresso pelo segmento introduzido por *because* leva a uma conclusão declarada no primeiro segmento. A conclusão de que João a ama não pode ser entendida como compartilhada; só pode, portanto, ocorrer no domínio epistêmico. Observe-se, porém:

(33) *Anna loves Victor because he reminds her first love. (Anna ama Victor porque ele lembra seu primeiro amor.)*

(34) *Anna loves Victor, because he reminds her first love. (Anna ama Victor, porque ele lembra seu primeiro amor.)*

Nesse caso, Sweetser (1991) propõe que se apele ao padrão de entoação, indicado na escrita pela vírgula, para se desfazer a aparente ambigüidade entre os dois domínios. Em (33), a falta de vírgula sugere que a primeira oração é informação compartilhada, cuja causa está no mundo real: ele a faz lembrar o primeiro amor. Já em (34), a primeira oração funciona como conclusão lógica retirada a partir do conhecimento da informação da segunda oração.

Os exemplos (33) e (34) mostram a dificuldade em se separar os dois domínios nos tratamento da causalidade, o que pode acontecer também no tratamento da adversativa *but*. Muitas ocorrências de *but* parecem dar-se, em princípio, em função de um contraste ou colisão observável no mundo real, como em:

(35) *John eats pancakes regularly, but he never keeps any flour or pancake mix around. (João come panquecas regularmente, mas nunca tem por perto qualquer farinha ou mistura para panquecas.)*

(36) *John is rich but Bill is poor. (John é rico, mas Bill é pobre.)*

O que Sweetser (1991) reivindica, porém, é que, por mais que esses exemplos pareçam ocorrer no domínio do conteúdo, podem ser analisados como estando também no domínio epistêmico. No primeiro, a primeira oração poderia levar à conclusão, no nível epistêmico, de que John tenha sempre farinha à mão, conclusão que se choca com a informação da segunda oração. Torna-se, então, impossível afirmar categoricamente que *but* em (35) se encontra no nível do conteúdo.

Já (36) apresenta-se mais problemático. Trata-se de um típico exemplo apresentado geralmente como um caso de contraposição ou contraste. Lembre-se do exemplo (2), de Neves (1984): “-Vou bem, mas você vai mal”. Anteriormente se questionou acerca de quais seriam a direção e a força argumentativas desse exemplo tomado em sua totalidade, tendo-se em mente a construção do sentido global do texto. Ali a pergunta foi proposta em função da base teórica de Neves: se as duas orações são analisadas, uma em relação à outra, do ponto de vista argumentativo, cabia perguntar qual a análise que se proporia para as duas juntas também do ponto de vista argumentativo. Em outras palavras, o que se questionou foi: por que as entidades “eu” e “você” estariam postas em comparação? Mais do que isso, aliás: em uma relação de colisão?

A mesma pergunta poderia se apresentar para (36): por que John e Bill estão sendo comparados com relação a suas posses? Por que estão sendo postos em “colisão”? Ou, nas palavras de Sweetser (1991), em que nível a riqueza de John e a pobreza de Bill se chocam? A resposta da autora é: não há nenhuma barreira no mundo real para a existência simultânea de pessoas pobres e ricas. Também no mundo epistêmico, não há, em princípio, nada que impeça tal simultaneidade, tanto que seria possível, no lugar de *but*, haver *and*. Tem-se, então, uma questão teórica e prática a se resolver. Sweetser (1991) propõe que não há um contraste no domínio do conteúdo, mas um contraste epistêmico entre duas proposições semanticamente opostas. Não se trata de proposições contraditórias, mas de proposições que envolvem estruturas lógicas opostas.

A autora não descarta a possibilidade de haver um uso de *but* no domínio do conteúdo, mas afirma não dispor de exemplos cabíveis aí. Sendo assim, conjunções causais, como *because*, e elementos como *and* e como *or* existem no domínio do conteúdo porque, respectivamente, no mundo real, *A* pode causar *B*, *A* e *B* podem coexistir e *A* e *B* podem ser mutuamente excludentes. Mas, no mundo real, *A* e *B* podem colidir? Um exemplo como (37) poderia ser utilizado para apontar contrastes no mundo, mas também aí as crenças dos interlocutores devem ser consideradas:

(37) *France is Catholic but socialist. (dita durante o governo de Miterrand) (A França é católica mas socialista.)*

O raciocínio desenvolvido por Sweetser (1991) até aqui a leva a contestar a análise proposta por Lakoff (1971) para o exemplo (22): “John is rich but dumb”. A leitura que esta propõe à sentença como tendo uma quebra de expectativa, aquela entende como possível no domínio epistêmico. Já a leitura que representaria, para Lakoff (*idem*), uma oposição semântica, Sweetser entende como se processando no domínio conversacional, pois a mãe hipotética poderia estar dizendo à filha: “eu sugiro que você não se case com John”, o que anularia a possibilidade de uma leitura desse exemplo no domínio do conteúdo.

O mesmo raciocínio desenvolvido pela autora para analisar (22) pode ser utilizado na análise de (2) (“-Eu vou bem, mas você vai mal”), de Neves (1984), que, apesar de ter um contraste assinalado até mesmo lexicalmente pela antonímia, não apresenta, em princípio, um contraste plausível: em que medida uma pessoa ir bem e outra ir mal representa um contraste pertinente e destacável?

O ponto de vista de Sweetser (1991) de que, mesmo em não se descartando a possibilidade de *but* ocorrer no domínio do conteúdo, ele ocorre, em princípio, somente no domínio epistêmico ou no conversacional, será adotado nesta tese como guia para a análise dos dados referentes não só a *mas*, como também a todos os outros itens em estudo.

Já foram relatados, ao longo do capítulo, vários pontos considerados problemáticos nas análises enunciativas. A seguir se justificará a opção pela proposta de Sweetser (1991).

Embora a análise enunciativa pareça dar conta de descrever, segundo critérios bastante precisos, as diferentes estruturas em que o item ocorra, não explica, por exemplo, como poderia, do ponto de vista gramatical, um mesmo item ocorrer em estruturas que, segundo as próprias análises enunciativas aqui comentadas, podem ser tão diferentes.

Veja-se, ainda uma vez mais, o exemplo (4): “(...) *Os médicos vieram ver Aicá e outras vítimas de fogo selvagem que há no Xingu. Mas vieram principalmente para Aicá, que quando adoeceu já vivia nas cercanias do Posto e que sempre foi um índio muito bom. (...)*”. Em um modelo teórico que toma a questão da direção argumentativa como fundamental na descrição dos fatos lingüísticos, não parece banal que *mas* possa ocorrer tanto em casos em que os argumentos são encaminhados na mesma direção, quanto em casos em que os argumentos são encaminhados em direções opostas.

Já se disse que *mas* introduz um argumento a ser focalizado como superior, nas palavras de Neves (1984). Ver Aicá é tido como mais importante do que ver as demais vítimas da doença. Se se entende, conforme Sweetser (1991), que o choque entre duas proposições acontece no domínio epistêmico e, conforme Lakoff (1971), que as pressuposições podem construir-se em contextos estritamente localizados, então se pode entender que, em (4), *mas* introduz uma afirmação que, naquele contexto, contraria a pressuposição de que Aicá estivesse em relação de igualdade com os demais doentes.

Neves (1984) encontra mais de vinte classificações para *mas*. O trabalho vale principalmente para se depreender que, apesar das diversas nuances encontradas, os exemplos guardam o traço semântico comum da desigualdade. No entanto, conforme os dados de que se disponha, os tipos apontados pela autora podem não ser suficientes para uma análise que investigue as relações entre as ocorrências. Donde, nesta tese, não se pretende apresentar um quadro que discorra sobre todas as diferenças passíveis de serem encontradas entre os dados reunidos.

Veja-se também o exemplo dado por Vogt & Ducrot (1980): “Tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés”. A sentença seria hipoteticamente uma resposta de alguém que tivesse sido convidado para passear. Para os autores, ter dor nos pés é um argumento oposto à conclusão sugerida pela afirmação do locutor de que tem vontade de passear. O exemplo é usado para mostrar que, em frases nas quais ocorra *mas(PA)*, tem-se o mesmo movimento argumentativo da

estrutura comparativa *A magis quam B*. O objetivo do referido trabalho é encontrar uma possível filiação histórica entre as duas estruturas.

Note-se que os dois argumentos da sentença (“tenho vontade de passear” e “tenho dor nos pés”) poderiam, em princípio, ocorrer no domínio do conteúdo de Sweetser (1991). No entanto, ambos só se chocam se se depreende, no nível epistêmico, que o primeiro levaria a uma conclusão que passa a ser negada pelo segundo, uma conclusão pressuposta, e não declarada.

O fato é que os trabalhos variam em grande escala com relação à terminologia que empregam para referir-se a informações processadas além dos dados lingüísticos propriamente ditos: conclusões não declaradas, inferências, pressuposições, quebras de expectativa. A terminologia é farta. Mas aquilo que a semântica enunciativa chama de não-dito, que por sinal lhe é muito caro do ponto de vista epistemológico, se não ocorre na língua, ocorre em alguma outra instância, então.

Sweetser (1991), ao indicar que esses não-ditos todos podem ocorrer em dois únicos domínios – o epistêmico e o conversacional –, apresenta uma proposta de análise que dá conta de identificar múltiplas relações estabelecidas entre os vários usos de *mas*.

As análises enunciativas comentadas não observam que as ocorrências de *mas* de um modo geral, se não em sua totalidade, estão plenas de não-dito.

As análises enunciativas e pragmáticas se preocupam com os efeitos que atos de fala como os encontrados em (14) têm no mundo, o que, claro, é uma preocupação pertinente a qualquer teoria lingüística que analise a língua em uso. A proposta de Sweetser (1991) dá conta de esclarecer como, do ponto de vista gramatical e cognitivo, o *mas* encontrado nesses exemplos relaciona-se semanticamente com os demais usos do item que não propriamente em contextos conversacionais.

4.9

Sobre a motivação da gramaticalização de *mas*

Esta seção será dividida em duas subseções. A primeira apresentará tanto a plausibilidade quanto a fragilidade da hipótese da motivação metonímica como explicação para a gramaticalização de *mas*.

A segunda proporá a motivação metafórica como mais elucidativa e mais explicativa para o processo de mudança de sentido experimentado pelo item.

4.9.1

Sobre a hipótese da motivação metonímica

Barreto (1999, pp. 246-251) apresenta a evolução cronológica de *mas*. A partícula era, inicialmente, empregada na formação do grau comparativo de adjetivos desprovidos da marca morfológica *-ior*. O uso com esses adjetivos específicos estendeu-se aos demais, em substituição a *-ior*. Posteriormente, segundo ainda Barreto, a partícula juntou-se a *sed*, que era a conjunção mais empregada no latim, para indicar uma ação que ocorreria em preferência a uma outra. Daí (do uso com *sed*), *mas* passou a ser usado isoladamente, devido a um suposto processo metonímico, o qual teria permitido que o elemento assumisse o valor semântico de *sed* e “terminasse por eliminá-lo da frase”.

Para Barreto, *magis* sofreu, então, três processos inclusos no processo maior da gramaticalização: o da recategorização, pelo qual ele passou de advérbio a conjunção; o da sintaticização, pelo qual se redistribuiu na sentença; o da semanticização, pelo qual mudou o conteúdo semântico.

Com base nas mudanças semânticas, Barreto afirma que o elemento teria cumprido a seguinte trajetória: espaço > tempo > texto. A autora ainda esclarece:

O advérbio significando ‘tanto mais’, e expressando, de certo modo, uma noção de espaço, passou a ser usado como reforço adverbial, ao lado da conjunção adversativa *sed*, para indicar uma ação que ocorreria de preferência a uma outra, e que era, portanto, um ‘tanto mais’ necessária ou um ‘tanto mais’ esperada, ou ainda, um ‘tanto mais’ previsível. Estendeu-se, posteriormente, à noção de tempo, vindo finalmente a expressar um sentido nocional. (Barreto, 1999, p. 248)

Não está claro a quais sentidos de *mas* se ligam as noções de espaço e tempo. Talvez no uso de *sed* e *magis*, em que se tem uma ação que se prefere a outra, possa se entender preferência como antecedência temporal, mas essa parece ser uma observação pouco relevante para se chegar à motivação do processo como um todo. O sentido nocional, típico da conjunção, se ligaria ao ponto que, na referida escala, corresponde a texto.

A conjunção é empregada, no português medieval, conforme lembra Barreto (1999), como “mero seqüenciador, mero encadeador da narrativa”, uso que perdura até os dias atuais. Nos exemplos do português arcaico – como se verá adiante –, *mas* aparece maciçamente assumindo essa função. Para Barreto, tem-se aí uma discursivização, que seria um novo processo de gramaticalização.

Na seção 4.6, já foram comentados casos semelhantes existentes no português contemporâneo e analisados por Castilho (1997). Lembre-se que, para o autor, esse uso discursivo de *mas* foi favorecido pelo fato de o item ter, como advérbio, além do sentido intensificador, o sentido também inclusivo, como se vê em “precisamos de mais lingüistas”, exemplo do autor.

Na referida seção, destacou-se que, mesmo nos exemplos de Castilho, em que *mas* se encontra como conectivo textual, é possível, muitas vezes, depreender-se um sentido contrajuntivo, se não evidente, pelo menos sugerido.

Também Barreto, ao comentar o uso de *mas* como seqüenciador no português arcaico, destaca que, ainda nesses casos, “*mas* imprime o sentido opositivo a algo expresso anteriormente”. A autora afirma ainda que o item, em seu uso discursivo, serve como “elo de ligação entre unidades comunicativas” e que o sentido de oposição se conserva porque não teria havido um novo processo de semanticização, como no caso da passagem de advérbio a conjunção. Por outro lado, Barreto afirma ter ocorrido uma sintaticização, já que *mas*, como elemento do discurso servia de elo entre unidades comunicativas, o que o obrigava a ocupar uma posição interfrasal. Como se viu, parece que a autora entende o processo chamado por ela de discursivização como posterior ao da gramaticalização.

Voltando à questão da motivação, viu-se que Barreto assume que *magis*, ao lado de *sed*, foi influenciado metonimicamente por essa conjunção latina, passando a ocupar-lhe o lugar nos contextos em que eram empregados um ao lado do outro.

Da mesma forma, a autora concorda com Castilho (1997), quando este afirma que, no caso de *mas* contrajuntivo, sua recategorização definitiva deu-se a partir da influência metonímica de partículas negativas, como *não*, empregadas no mesmo contexto do item.

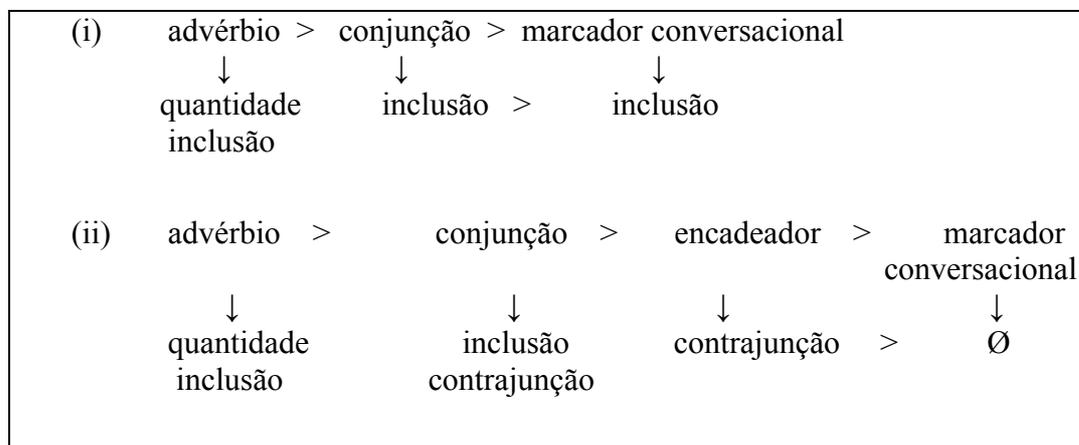
Sendo assim, Barreto (1999) aponta a metonímia como tendo sido fator motivador da gramaticalização de *mas* nos contextos em que era empregado ao lado de *sed* ou ao lado de palavras negativas. E, no caso de *mas* discursivo, a

motivação teria vindo do sentido de soma que se encontra no uso do advérbio latino *magis*.

Apoiando-se ainda em Castilho (1997), a autora também admite que, em português, a gramaticalização de *mas* tem

duas faces que convivem sincronicamente: uma face discursiva textual-interativa, em que o item preserva o valor semântico do advérbio de inclusão, e uma face sintática, fruto da gramaticalização desse advérbio, em que se abstratiza o valor de inclusão e se desenvolve o valor de contração (Barreto, 1999, p. 251)

Com base nesses pontos de vista, a autora afirma que o item *mas* parece apresentar, na língua portuguesa, duas diferentes escalas de abstratização:



Das duas escalas acima, podem-se depreender várias conclusões. Primeiramente, embora Castilho (1997, p. 112) afirme que é ilusório supor que haja uma grande nitidez separando os traços de inclusão e de contração, a escala focaliza justamente tal separação, tomando-a como plausível.

Se a mudança de *mas* pode ser dividida em duas escalas, a afirmação de Barreto (1999) citada anteriormente de que o uso discursivo do elemento, no português arcaico, deriva de seu uso como conjunção perde sentido, já que a própria autora vê o uso discursivo como aquele em que *mas* é empregado como “mero seqüenciador, mero encadeador da narrativa”. Veja-se, em (38), o exemplo que Barreto usa para ilustrar o que ela chama de *mas* discursivo, que seria um “mero” encadeador:

(38) **Mas** as estórias que em ela parecem, esto vos pareceria, grave cousa de creer, a menos que o vissedes.

O exemplo foi retirado da “Lenda do Rei Rodrigo”. Como na citação não consta o trecho anterior ao emprego de *mas*, torna-se difícil identificar a função do elemento como “mero seqüenciador”. Acredita-se que *mas*, nesses casos, como se verificará na análise dos dados, é seqüenciador, mas não “mero” seqüenciador, já que aí também está resguardado o sentido opositivo, como afirmou Barreto (1999), que assim o exemplifica no seguinte exemplo, retirado da “Demanda do Santo Graal”:

(39) *“As sas duas irmãs que eram mui coitadas póla as morte começaram a braadar:*

“Mas nós sabemos que tu tẽs a vida dos apóstolos, alímpias os gafos e alumeas os cegos, vem-te resuscita o nosso morto”.

Um ponto discutível nas escalas é o fato de elas apresentarem *magis* (advérbio) como tendo sentido de quantidade/inclusão, sem esclarecer que o uso do advérbio como intensificador já é uma abstratização de seu uso com sentido de “incluir quantidade”. E o sentido intensificador, visível nos comparativos de superioridade, não parece ser negligenciável, haja vista o trabalho de Vogt e Ducrot (1980). Colocar *mas* encadeador como derivado de *mas* conjunção parece inconsistente, pois, do ponto de vista quantitativo, o primeiro é visivelmente mais empregado no português arcaico do que o segundo e, apesar de ser discutível a relação entre frequência e motivação, a tese de Barreto apóia-se nessa suposta relação. Na verdade, se *mas* encadeador pode apresentar o mesmo sentido que *mas* conjunção, não há por que estabelecer uma relação de derivação entre eles. Poder-se-ia argumentar que não se trata do mesmo sentido, mas sim de sentidos próximos e que a ambigüidade é própria da gramaticalização, mas, em muitos casos a que Barreto atribuiria a função discursiva, o sentido é de contração evidente.

Barreto (1999) elabora as escalas acima a partir da leitura de Castilho (1997). Resumidamente, pode-se dizer que ela retoma as idéias do autor da seguinte maneira: o valor inclusivo do advérbio *magis*, exemplificado por (a) “Precisamos de mais professores de português”, favoreceu seu emprego em sentenças afirmativas como (b) “... a gente vive de motorista o dia inteiro, **mas** o dia inteiro”, que favoreceu seu uso contrajuntivo em sentenças negativas, em que

a oposição ainda se concentra na negação que pode vir expressa pelo advérbio *não*, como em (c) “... ela está lá **mas** não funciona”; o último caso, por sua vez, favorece que o uso conjuntivo se faça mesmo em sentenças afirmativas como (d) “... as mais velhas estão entrando na adolescência **mas** são muito acomodadas”.

Barreto afirma que esses são “passos” seguidos pelo item *mas* durante a mudança que experimentou ao longo do tempo. Com base nos exemplos (c) e (d), afirma que, por metonímia, *mas* “incorpora o sentido negativo e recategoriza-se definitivamente como conjunção adversativa dispensando contextos em que a negação esteja presente”.

A autora entende, portanto, que tanto *sed* quanto *não* ou palavras similarmente negativas teriam favorecido, por metonímia, a gramaticalização de *mas*. A metonímia, no caso, embora não especificado pela autora, parece estar sendo tomada como processo similar à reanálise.

Sobre os exemplos dados por Barreto (1999), podem ser feitas as seguintes observações. No exemplo (b), se não se vê uma relação de oposição evidente, não se vê também apenas uma inclusão. O exemplo assemelha-se bastante ao exemplo (4), comentado anteriormente, que Neves (1984) analisou como um caso de argumentos encaminhados na mesma direção. Sobre o exemplo de Neves, a visão aqui adotada foi de que o argumento introduzido por *mas* é um argumento que se destaca e que, no domínio epistêmico, os dois argumentos podem ser entendidos como indiretamente opostos, o que justifica o uso de *mas*.

Também em (b), *mas* está introduzindo uma informação destacada. Ao que parece, nem mesmo se apelando a uma análise do exemplo levando em conta o domínio epistêmico, seria possível identificar uma relação opositiva. Mas, se se trata de um destaque informacional, pode-se falar, também neste caso, em foco e fundo. E a questão que se coloca é: a relação entre foco e fundo não poderia ser entendida como próxima à relação comparativa? A relação comparativa, presente na formação do comparativo de superioridade, favoreceu o uso, nesse contexto, do intensificador *magis*, que daí se estendeu a outros contextos marcados por comparação, se se concorda com Neves (1984) que todos os usos de *mas* têm em comum o traço da diferença, o qual advém do raciocínio comparativo.

Sobre a hipótese de o uso de *mas* próximo a palavras negativas, como (c), ter originado os usos definitivamente adversativos, como (d), cabe a pergunta: o que teria levado *mas* a ser empregado em posição próxima a palavras negativas?

Como se viu, a hipótese de Castilho (1997), referendada por Barreto (1999), é que o sentido inclusivo da conjunção permitiu-lhe ligar blocos informativos diversos entre os quais aqueles caracterizados pela junção de um bloco de informação afirmativa ao qual se contrapõe outro de informação negativa.

Essa é uma hipótese bastante fundamentada, sem dúvida. Na verdade, o que se teria é que *mas*, tanto com sentido inclusivo, quanto com sentido adversativo, estaria funcionando em prol da coesão textual. Nos próximos capítulos, será mostrado que o mesmo aconteceu com os outros elementos aqui tratados como conjunções adversativas: funcionavam em prol da coesão referencial e daí passaram a funcionar em prol da coesão seqüencial. Tem-se, portanto, uma hipótese bastante plausível. Certamente uma análise quantitativa ajudaria a testá-la, já que poderia avaliar a freqüência de uso do item como (i) advérbio de inclusão, (ii) advérbio de intensidade, (iii) advérbio contíguo a *sed*, (iv) advérbio ou conjunção próximos a palavras negativas, (v) elemento encadeador da narrativa.

Como não se dispõe de nenhuma análise quantitativa nesse sentido e como também não se sabe até que ponto, se existisse, ela seria confiável, as reflexões que podem ser feitas acerca da hipótese relatada são as seguintes. Se o uso de *mas* próximo a palavras negativas permitiu-lhe incorporar-lhes o sentido e recategorizar-se mesmo em contextos desprovidos desses elementos e se se vê aí uma relação de derivação, então se parte do pressuposto de que o uso de *mas* era freqüente no referido contexto. O que se pergunta é: se *mas* ligava períodos ou blocos de idéias, devido a seu sentido inclusivo, então se assemelhava a *e*, cuja função principal, no português medieval, era adicionar informações. Por que *mas* teria como função adicionar em especial idéias opostas?

Note-se que aqui não se está nem aceitando nem refutando a hipótese de que o processo de gramaticalização dependa da alta freqüência do item em foco em um dado contexto. Essa é uma questão fora do alcance desta tese, que não dispõe de análises quantitativas. O que se está afirmando é que todas as hipóteses sobre a gramaticalização de *mas* que defendem a motivação metonímica assentam-se na hipótese de que gramaticalização e freqüência relacionam-se diretamente, embora nenhuma dessas hipóteses se apóie de fato em alguma análise quantitativa.

Dadas as fragilidades da hipótese da motivação metonímica, ela é tida aqui como insuficiente para dar conta da gramaticalização de *mas*. A proposta que se apresenta é que a hipótese da motivação metafórica será mais explicativa e elucidativa.

4.9.2

Em defesa de uma explicação com base na motivação metafórica

Na subseção imediatamente anterior, foram apresentados os argumentos em que se pauta a hipótese da motivação metonímica. Viu-se que a principal fragilidade de tal hipótese é apoiar-se em uma suposta e hipotética frequência do item *mas* em determinados contextos lingüísticos.

Aliada a essa idéia, há outra nem sempre declarada, mas depreensível da base argumentativa dos trabalhos que defendem a metonímia como explicação para o fenômeno em pauta: a de que haja uma derivação entre os diversos sentidos apresentados por *mas*, uma derivação linear e escalar. Veja-se: se *mas* se gramaticaliza a partir de uma suposta influência metonímica de *sed* sobre *magis*, então se supõe que o sentido do item nesse contexto é anterior a todos os outros sentidos que o item venha a apresentar. Da mesma forma, se se acredita que a influência metonímica tenha sido ocasionada por palavras negativas, então, por consequência também se acredita que o sentido originário de *mas* seja o de contraste opositivo.

A partir daí seria necessário encontrar relações derivativas e, mais ainda, dispô-las em ordem escalar, o que seria uma tarefa inglória, sem dúvida. Como definir todos os sentidos possíveis de *mas*, ainda mais quando se dispõe de dados escritos, que não podem apresentar todos os usos que o item tenha apresentado na língua falada e que seriam necessários para a construção de tal escala?

Por outro lado, se se entende que a metáfora possa ter atuado sobre a mudança *magis* > *mas* e sobre as mudanças que garantiram a *mas* apresentar uma enorme gama polissêmica ao longo do tempo, resolve-se uma série de questões envolvidas aí. Relembre-se que todas as análises de *mas* relatadas neste capítulo autorizam que se veja o sentido básico de *mas* como o da diferença, nas palavras de Neves (1984). Ou seja, sua função básica é a de ligar segmentos que guardam, entre si, uma relação de “choque”, nas palavras de Sweetser (1991).

Se se entende que o traço da diferença só pode ser apreendido pela comparação, então faz sentido afirmar que o traço da desigualdade “se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*” (Neves, 1984, p. 21).

Vogt & Ducrot (1980) haviam proposto que tanto *mas(SN)* quanto *mas(PA)* derivam historicamente de *magis*, usado como advérbio de intensidade no comparativo de superioridade. Observe-se que o uso de *magis* no sentido de intensidade já é fruto de uma metaforização de *magis* inclusivo. No caso de *magis*, no comparativo de superioridade, sua função era, à falta da marca morfológica, intensificar o sentido expresso pelo adjetivo.

Talvez a expressão do comparativo seja aquela em que mais se evidencie a relação entre *magis* intensificador e seu aproveitamento como a conjunção *mas*, conforme demonstra o trabalho de Vogt & Ducrot (1980). O sentido intensificador do advérbio, ao permitir que se diferenciem um termo comparado e outro comparante, lhe propiciou suprir a falta morfológica em alguns comparativos de superioridade e, daí, a expressão comparativa passa a ser quase categoricamente construída com o auxílio do advérbio intensificador, haja vista a perda da morfologia latina específica para o grau comparativo.

Se *magis/mais* é tão propício à estrutura comparativa e se a estrutura adversativa se relaciona intimamente com o raciocínio comparativo, torna-se clara a motivação do uso de *mas* na estrutura adversativa, tenha esta estrutura qualquer uma das suas várias especificidades possíveis, como as muitas que foram relatadas ao longo do capítulo. Assim, torna-se desnecessária a análise da força e direção argumentativas das orações interligadas por *mas(SN)* e *mas(PA)*, como a proposta por Vogt & Ducrot (1980).

Outra vantagem da adoção desse ponto de vista é que ele permite explicar por que, pelo menos aparentemente, havia um emprego freqüente de *mas* em ambientes que continham partículas negativas. Um contexto lingüístico cujo sentido global baseia-se em uma comparação por diferenciação – seja em que domínio da linguagem for – é propício para o uso de *mas* e de partículas negativas. Como estas não são imprescindíveis à marcação da diferença, pode ser que ocorra somente *mas*. De qualquer forma, é o sentido de um contexto lingüístico tomado em sua totalidade que pede o uso de *mas*, elemento que assinalará esse sentido comparativo gramaticalmente. Portanto, *mas* não precisa

ter sido empregado ao lado de palavras negativas para daí estender seu sentido a outros contextos também marcados pelo sentido comparativo.

A projeção metafórica permite explicar também por que *mas*, e não *sed*, tenha se incumbido de assinalar gramaticalmente, como conjunção, o sentido da diferença em contextos que anteriormente continham *sed magis*.

Como lembra Barreto (1999, p. 246), *sed* era a “conjunção adversativa mais empregada no latim, para indicar uma ação que ocorreria de preferência a uma outra”. O exemplo dado pela autora foi retirado de Ernout & Meillet (1932): “...nom ex iure manum consertum, sed magis ferro rem repetunt”, que foi traduzido ainda por Barreto (1999) da seguinte maneira: “têm a mão presa não por direito, porém pela força e assim impõem alguma coisa”.

Conforme se vê, há uma comparação entre ter a mão presa por direito, o que é negado, e ter a mão presa pela força, o que é afirmado. No caso, *magis* ocorre no segmento que representa a afirmação, certamente para intensificá-la. Se “uma ação ocorre de preferência a uma outra”, é compreensível que se intensifique a preferência com o uso de *magis*, que passa, então, a ocupar o lugar de *sed*, que, por sua vez, já se encontrava em posição típica de conjunção.

Dessa forma, *magis*, que lhe era adjacente, já se encontra em posição de conjunção, quando *sed* lhe cede lugar. Talvez seja esse um dos fatores que contribuíram para essa substituição, além do fato de *mas* já estar se gramaticalizando em conjunção. De qualquer forma, está configurada, mais uma vez, a projeção metafórica sofrida por *magis*: de advérbio intensificador projeta-se como marcador gramatical do sentido comparativo em estruturas adversativas.

No segundo capítulo, comentou-se a importância da polissemia no processo de gramaticalização de um modo geral, o que tem sido destacado em trabalhos como os de Heine *et al* (1991), Hopper & Traugott (2003) e Sweetser (1991), sendo que o último demonstra que a polissemia liga-se à projeção entre domínios que se verifica na expansão de sentido sofrida por itens em gramaticalização. Sendo assim, os sentidos sutilmente diferentes atribuídos a um mesmo item relacionam-se entre si e o fazem principalmente graças à projeção entre domínios, como a existente entre os usos de *but* vistos, por exemplo, nas ocorrências (28) e (30) deste capítulo. As mesmas projeções vistas entre (28) e (30) sincronicamente em inglês podem ser encontradas nos usos de *mas* já mesmo em suas origens medievais. Ainda em conformidade com Sweetser (1991), as

polissemias sincrônicas podem oferecer pistas sobre o desenvolvimento diacrônico de uma forma lingüística.

Tomar a projeção metafórica como motivação da gramaticalização de *mas* permite que se averiguem as relações existentes entre as diversas nuances de sentido que constituem sua vasta rede polissêmica, sem que para isso se tenha que dispô-las em uma escala linear.

O traço básico da diferença, que se depreende do raciocínio comparativo, pode ser projetado metaforicamente, a partir do domínio do conteúdo (em que se encontram, por exemplo, ocorrências do tipo *A magis quam B*), aos domínios epistêmico e conversacional, sendo que um determinado sentido não precisa necessariamente passar por todos esses domínios para se realizar.

Dessa forma, a projeção metafórica é entendida mais do que como a abstratização de sentidos concretos. Confirmando Sweetser (1988), na mudança de significado de *magis* > *mas*, houve a manutenção do traço básico da desigualdade, e aqui não se discutirá se, em algumas ocorrências, a manutenção foi do traço de inclusão ou de ambos. O fato é que, de alguma forma, os vários sentidos de *mas* ligam-se a um sentido básico do item.

Sweetser (1991) entende ainda que a projeção entre um significado lexical e outro gramatical é, na verdade, a projeção da estrutura topológica de um domínio fonte a um domínio alvo. Por estruturas topológicas entende-se unidades inferenciais abstratas. Não se pode dizer que *magis* seja um item lexical propriamente dito, porém, como advérbio, é um item menos gramatical do que *mas* como conjunção. Por suas propriedades sintáticas e semânticas, conjunções formam uma classe mais gramatical do que a dos advérbios, conforme se disse no primeiro capítulo.

Na subseção anterior, viu-se que Barreto (1999) propõe para *mas* a seguinte trajetória evolutiva, no que tange ao sentido: espaço > tempo > texto. A autora não explica claramente a que sentido de *mas* se refere cada um dos pontos da escala.

Certamente assim podem ser entendidos os pontos da escala: por espaço se entende o sentido de *magis* inclusivo, que faz referência à inclusão, em um mesmo espaço, de elementos diversos. Por tempo, talvez se esteja entendendo o sentido que *mas* assume na expressão *sed magis*. A preferência diria respeito à antecedência de uma ação em relação a outra. E texto faria referência aos diversos

usos de *mas* já gramaticalizado como conjunção. Todos esse sentidos, contudo, indicam abstratizações. *Magis* inclusivo pode somar elementos em um espaço físico determinado como pode somar qualidades de um mesmo objeto, como em “E toda rem que entendeu per que aquela corte seeria mais viçosa e mais leda todo o fez fazer” (*Demanda do Santo Graal*, tít. 1, fôlio 1a), onde se vê que o elemento liga termos não quantificáveis. Entender *magis* de preferência com o sentido de temporalidade já é também fruto de uma abstratização.

Quando se fala na projeção entre estruturas topológicas não é exatamente na projeção da escala de Barreto (1999) que está falando. Está-se falando de um *magis* intensificador, usado em estruturas comparativas (por estruturas comparativas podem-se entender inclusive aquelas em que se encontra *sed magis*), que se projeta em uma estrutura adversativa, realizada através de uma gama enorme de sentidos polissêmicos de *mas*.

Em meio a essa mudança de sentido por que passa, *magis* perde massa fonética, tornando-se *mas*, como acontece nos casos típicos de gramaticalização.

4.10

Análise dos dados de *mas*

Os dados analisados, tanto com relação ao item *mas* quanto com relação aos demais, foram retirados de um *corpus* do século XXI, composto por textos do caderno de economia e por artigos de opinião dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* (doravante *FSP* e *ESP*, respectivamente), e de diversos textos pertencentes ao período arcaico ou ao início do período moderno do português. Os dados dos jornais foram gentilmente cedidos por Hércius Pereira, que, enquanto doutorando da USP, organizou um *corpus* com textos retirados dos referidos jornais.

Nesta tese, no entanto, não se pode falar em *corpora*, já que, embora tenham sido consultadas fontes diversas exaustivamente, os dados utilizados o foram tão somente como casos ilustrativos de ocorrências que pareceram bastante representativas. A análise foi qualitativa, sem que houvesse nenhuma preocupação com análises quantitativas.

A análise se iniciará pelos dados contemporâneos para que, a partir da leitura de dados cuja inteligibilidade será mais acessível, se possam traçar estratégias de leitura dos dados medievais.

4.10.1

Análise dos dados contemporâneos

(40) *Lula ainda explicou: "O nosso interesse pela Venezuela não é pelo Chávez, não é pela oposição, **mas** pela própria Venezuela, onde temos interesses, além dos interesses geopolíticos". (ESP, 27/01/2003)*

Em (40), tem-se, na fala reportada de Lula, uma ocorrência semelhante à de dois exemplos tratados por Vogt e Ducrot (1980), conforme visto na seção 4.3, a saber: “Non equidem invideo, magis miror” (= “Eu não tenho inveja, mas sobretudo espanto”) e “Id, Manli, non est turpe, magis miserum est” (= “Não é vergonhoso, Manlio, é sobretudo infeliz”). Independentemente da tradução exata que se dê às sentenças, o fato é que ambas negam uma idéia e lhe contrapõem outra como verdadeira. Vogt e Ducrot (1984) destacaram que a idéia negada diz respeito a um argumento de outro falante, que é reportado e rebatido pelo falante. Na seção referida, já se comentou suficientemente o ponto de vista dos autores sobre as sentenças dadas. É bastante visível, portanto, sua semelhança com o exemplo (40).

Para se entender que a fala de Lula funciona como réplica, resposta a uma acusação, declarada ou não, de que ele se interessaria por Chávez e pela oposição, não é necessário ler a íntegra da reportagem intitulada “Presidente rejeita comparação com a Venezuela”, que trata do fato de, em um dado evento, algumas pessoas terem questionado a proximidade entre o governo brasileiro e o venezuelano. Não se precisa nem mesmo ter conhecimento do fato histórico em pauta. A construção frasal vista em (40) é facilmente depreensível, por falantes de português, como sendo de réplica.

No entanto, cabe destacar alguns pontos que diferenciam a análise aqui proposta daquela sugerida por Vogt e Ducrot (1980). Os autores tratam de sentenças retiradas diretamente do latim, que, para eles, exemplificam o uso de *magis* na função de conjunção adversativa já mesmo nessa língua. Segundo eles,

esse uso seria possível por se assemelhar semanticamente a frases tipicamente comparativas como *A magis quam B*. Haveria aí, segundo a análise enunciativa proposta, uma derivação histórica entre as duas estruturas, justificada pela relação semântica.

Seria difícil investigar se, para o falante de português contemporâneo, uma frase como a relatada em (40) seria possível por se encontrar já mesmo no latim ou por ser um dos sentidos que compõem a vasta rede polissêmica de *mas*. Em outras palavras, a declaração vista em (40) seria a herança histórica da referida construção frasal latina ou exemplificaria um entre muitos usos possíveis de *mas*, que já é um elemento tido pelo falante como gramaticalizado e como próprio a ser usado entre segmentos cujos sentidos se diferenciam, quando não se chocam – nas palavras de Sweetser (1991)?

Embora se considere a questão como pertinente, aqui não se tentará dar uma resposta definitiva a ela. É muito mais pertinente observar que, no trecho “o nosso interesse pela Venezuela não é pelo Chávez”, tem-se uma informação pressuposta em vários sentidos. Quando o autor da frase nega ter interesse por Chávez, torna-se claro para os eventuais ouvintes ou leitores da frase que ela nega uma idéia tacitamente tida como possível (ter interesse por Chávez). Da mesma forma, o autor da frase só nega tal interesse por reconhecê-lo como possível para seus interlocutores.

Dessa forma, a gramaticalidade da sentença só se garante em função de uma relação de sentido que envolve informações para além daquelas que se encontram literalmente expressas. A contrajunção, portanto, dá-se no nível epistêmico. No caso, no domínio epistêmico é que interessar-se pela Venezuela e interessar-se por Chávez são excludentes. Trata-se, assim, de uma operação cognitiva bastante elaborada e que, no entanto, assemelha-se à que se depreende já mesmo dos exemplos apontados por Vogt & Ducrot (1980) como representantes de um suposto sentido originário de *mas*.

O exemplo (40) confirma, então, dois pontos de vista já defendidos neste trabalho. O primeiro diz respeito à tentativa de se colocar os sentidos possíveis de *mas* em uma escala que indicaria relações de derivação entre eles, o que se torna questionável e, se o que se quer é encontrar a motivação conceptual que permite a existência de uma rede polissêmica como a de *mas*, torna-se, ao mesmo tempo, pouco explicativo.

O segundo diz respeito à análise argumentativa proposta por Vogt e Ducrot (1980). Ela confirma a relação conceptual existente entre a estrutura adversativa e a comparativa, mas não esclarece como se processa essa relação cognitivamente. Ela não esclarece onde se encontra o “não-dito” em estruturas como (40); apenas o identifica como subentendido. Se se entende que o não-dito se processa em domínios que não o do conteúdo, é fácil relacionar estruturas como (40) e outras que também apresentem não-ditos como pertencendo a uma mesma rede polissêmica. Veja-se agora (41):

(41) *No discurso, o presidente falou sobre as mudanças que estão sendo operadas na economia brasileira, centradas na busca do crescimento econômico para tornar viável a distribuição de renda, na estabilidade, na clareza das regras econômicas e no combate à corrupção.*

*Segundo ele, o Brasil precisa superar problemas em suas contas externas para "sair do círculo vicioso de contrair novos empréstimos para pagar os anteriores." Explicou que o Brasil precisa exportar mais, **mas** que isso colide com as práticas protecionistas dos países desenvolvidos. "De nada valerá o esforço exportador que venhamos a desenvolver se os países ricos continuarem a pregar o livre comércio e a praticar o protecionismo", afirmou.*

*Mais tarde, quando respondia às perguntas da platéia, o presidente voltou à carga: "Eu respeito o direito de todo o mundo, **mas** quero que os outros também respeitem o direito do Brasil. Não queremos ser tratados como cidadãos de segunda categoria." (ESP, 27/01/03)*

Em (41), têm-se novamente exemplos em que o item *mas* só pode ser analisado se for considerado o sentido global do texto. Nem a primeira nem a segunda ocorrência poderão ser compreendidas como uma diferenciação entre duas idéias que se dê no nível do conteúdo. Observe-se que há duas falas reportadas postas em relação, ambas funcionando como complemento verbal de “explicou”: “que o Brasil precisa exportar mais” e “que isso colide com as práticas protecionistas dos países desenvolvidos”. Em que medida a primeira oração completiva se choca com a segunda, tornando gramatical, na sentença, o uso de *mas*? Por que aí não foi usada uma conjunção como *e*, que apenas

mostraria que as duas falas pertencem a um mesmo conjunto? Ou, então, *mas*, no caso, estaria tão somente juntando informações, como o faria *e*?

Na verdade, o que se tem aí é que a segunda oração completiva (“que isso colide com as práticas protecionistas dos países desenvolvidos”) choca-se com a primeira (“que o Brasil precisa exportar mais”) por questões lógicas. As práticas protecionistas dos países desenvolvidos pode impedir que se cumpra uma declaração apresentada anteriormente: se se afirma, em um discurso político, que o Brasil precisa exportar mais, isso pode ser entendido como uma promessa, passível de impedimento pelo fato de chocar-se com práticas protecionistas. Para se entender a sentença, é preciso entender que tais práticas podem ser fortes o suficiente para impedir a realização de uma promessa. Mais uma vez, no domínio epistêmico e não no do conteúdo, é que se processou a relação semântica.

Já na segunda ocorrência de *mas*, em (41), fica mais claro que as duas orações ligadas por *mas*, em uma mesma declaração, só podem ser entendidas como conflitantes se se leva em conta que a segunda diz respeito a informações já mencionadas no decorrer do texto, como a de que os países desenvolvidos praticam protecionismo. Mais uma vez, a relação adversativa não se constrói no domínio do conteúdo, mas a partir de relações processadas no domínio epistêmico. Não há, em princípio, contrajunção entre Lula querer respeitar o direito dos outros e querer ter os seus direitos também respeitados. Numa situação como essa, a colisão só se dá, no caso, se há informações no contexto ou previamente conhecidas pelos interlocutores que indiquem desrespeito por parte do outro aos direitos de quem fala.

Mesmo que se queira situar o exemplo citado no domínio conversacional – já que se encontra em um discurso reportado –, sua compreensão, também nesse caso, se dará graças a operações mentais processadas para além das meras informações do mundo real. No caso de aceitar que o exemplo ocorre no domínio conversacional, poder-se-ia depreender aí dois atos de fala conflitantes: um em que o Presidente promete respeitar o direito dos outros; outro em que condiciona tal promessa. Nesta tese, como os exemplos utilizados pertencem a dados escritos, será difícil encontrar exemplos típicos do domínio conversacional, mas, de qualquer forma, é possível perceber, pelos discursos relatados, a relação existente entre esse domínio e o epistêmico.

As duas ocorrências de *mas* em (41) reforçam duas idéias já apresentadas na tese em diferentes pontos. Primeiramente, a de que *mas* não traz em si o sentido capaz de conferir gramaticalidade e inteligibilidade a um texto. Seu sentido básico é o de adversidade – ele liga segmentos que guardam entre si relações contrajuntivas –, contudo para se depreender a contrajunção é preciso considerar o texto como um todo, sendo que, muitas vezes, nem mesmo o sentido dos dois segmentos ligados é o bastante para se entender o porquê do uso de *mas* em um dado contexto. As informações podem estar “diluídas” ao longo de todo o texto, chegando ao nível do não-dito, do não-declarado. Isso certamente explica por que os exemplos utilizados pelos autores citados anteriormente, muitas vezes parecem não convergir com a análise que os mesmos propõem acerca de *mas* ou de outros itens.

O segundo ponto que se destaca é que, levando-se em conta a multiplicidade de relações contrajuntivas que pode ocorrer entre duas idéias, torna-se difícil delimitar os sentidos possivelmente encontrados na gama polissêmica de *mas*.

Na análise dos exemplos seguintes, bem como na dos exemplos a serem utilizados para os outros itens, o que se objetiva é averiguar se a mesma linha de raciocínio utilizada na análise de (40) e (41) poderá esclarecer o que há em comum no emprego de todos os elementos tratados. Se há algo em comum, isso pode relacionar-se com a motivação que os levou a mudar seu sentido ao longo do tempo. Veja-se (42):

(42) *O sindicalista garimpeiro Raimundo Amorim, 38, foi assassinado com um tiro de escopeta na altura da cintura anteontem dentro de um ônibus por uma quadrilha de cinco homens encapuzados, na rodovia PA-150, em Eldorado do Carajás, no Pará.*

Ele é o terceiro sindicalista garimpeiro morto nos últimos três meses na região de Serra Pelada e o segundo em quatro dias. Amorim não tinha cargo no sindicato, mas era filiado. Ele chegou a ser atendido em um hospital em Marabá (PA), mas não resistiu. (FSP, 27/01/2003)

Em (42), somente a leitura global do trecho citado permite entender que há uma relação entre ser assassinado e ser sindicalista, em Eldorado do Carajás, no

momento histórico referido. Uma análise argumentativa poderia entender a afirmação de que “Amorim não tinha cargo no sindicato”, como justificativa para que ele não tivesse sido assassinado. O item *mas* introduz um argumento que, no contexto, explica o assassinato. No domínio do conteúdo, não haveria nada que opusesse não ter cargo e ser filiado. Somente informações detectadas no texto e processadas cognitivamente podem tornar gramatical o uso de *mas* nesse caso. A primeira informação poderia encaminhar a leitura para conclusão contrária ao que se passou na realidade (Amorim ter sido assassinado), mas a segunda informação confirma a relação estabelecida entre o assassinato e a participação no sindicato. O que interessa de fato, no entanto, é que a análise do texto confirma haver uma relação de contrajunção entre não ter cargo no sindicato e ser filiado. Trata-se de uma contrajunção estabelecida em função de uma expectativa localizada, como as pressuposições idiossincráticas citadas por Lakoff (1971), conforme se viu em 4.7.

Em outras palavras, o sentido global do texto permite que, a partir da leitura de “não tinha cargo no sindicato”, se conclua que não haja explicação para o assassinato de Amorim, conclusão a que se contrapõe o fato de ser filiado ao sindicato. Enquanto análises argumentativas interpretam as conseqüências do uso de *mas* para o estabelecimento das forças argumentativas do texto, o objetivo aqui é, ao contrário, a partir da análise do texto, entender a motivação do uso de *mas* no contexto em que se encontra. A motivação é que, aí, há uma relação contrajuntiva construída a partir do texto como um todo, e reforçada e sinalizada pelo uso de *mas*.

Já na segunda passagem que contém *mas* em (42), as crenças dos falantes suscitadas no texto são mais gerais: um ferido ser atendido em um hospital pode levar à conclusão de que ele tenha sobrevivido, o que não se confirma pela segunda oração. Há, portanto, uma contrajunção, um choque entre o fato relatado na segunda oração e a conclusão que se hipotetiza a partir da primeira oração, o que motiva e justifica o uso de *mas*.

4.10.2

Análise dos dados medievais

(43) – *Senhor, disse Queia, já tempo é de comer, ca já é preto de meo dia; mais, se vosso costume que mantevestes ataa aqui em todalas grandes festas queredes manteer, nom me semelha que comer possades, ca a tam gram festa como esta nom veeo aventura nhũa; que tanto que aventura vos veesse, nom soíades vós a comer em nhũa gram festa.*

- *Verdade, disse el-rei; este costume manteve sempre dès que foi rei, e manterrei mentre viver. E polas grandes aventuras que aa minha corte vierem [me] chamam o Rei Aventuroso ca a sazom que elas sairám deve mostrar, mas bem sei que a Nosso Senhor nom prazerá que muito reine dès aqui a diante. Mas como quer que as venturas soíam avïir nas festas grandes, em esta eu sei bem que o dia d’hoje nom falezerám, ante verám i as mais grandes e as mais maravilhosas que nunca i veerom, [adivã] meu coração esto. Nom me em chal de atendermos uñ pouco, ca bem sei verdadeiramente que nossa festa nom é hoje sem ventura; mais houve tam gram prazer da viinda de Lançalot e de seus coirmãos que me esquecia o costume. (Demanda do Santo Graal, título 8, fólho 3a, séc. XV)⁷*

A recorrência do uso de *mas* e suas variantes escritas no trecho acima confirma o papel importante desempenhado por esse elemento na coesão do texto medieval. Conforme o trabalho de Barreto (1999) comentado na seção 4.9.1, *mas* funcionava essencialmente em prol da progressão textual nas ocorrências medievais. Os exemplos acima comprovam que *mas* não funcionava como “mero” encadeador da narrativa. Fosse assim, ele poderia ser substituído, por exemplo, pelo item *e*, típico na função de encadeador. Caso a substituição fosse feita, haveria, porém, grande perda de sentido no texto, pois certamente a relação de contrajunção sinalizada por *mas* não ficaria tão evidente.

Sobre o primeiro *mas*, observe-se que, na fala de Queia, ele relaciona dois atos de fala divergentes: um em que o locutor pede que se coma àquela hora, outro

⁷Os exemplos da fase medieval foram retirados de obras consultadas no “Corpus Informatizado do Português Medieval”, disponível no seguinte site: <http://cipm.fcsh.unl.pt>. A cópia dos exemplos foi fiel à que se encontra na referida página eletrônica, tendo sido feito apenas o seguinte ajuste: os acentos gráficos como o til e o circunflexo foram colocados sobre as devidas vogais, embora se encontrem, na fonte, pospostos às mesmas.

que apresenta uma justificativa para não se comer àquela hora. *Mas*, portanto, encontra-se em um contexto onde há contração e ocorre no domínio conversacional.

Também no domínio conversacional, encontra-se a resposta do rei, que, através de *mas*, relaciona duas idéias conflitantes: mostrar, por um lado, as venturas que chegam a sua Corte e que lhe garantem o título de Rei Venturoso e, por outro lado, a necessidade de agradar a Nosso Senhor – no caso, abrindo mão da refeição. A primeira parte da fala pode levar à conclusão de que se deve comer àquela hora; a segunda leva a conclusão contrária. Mais uma vez, uma relação de contração se estabelecia entre duas idéias, o que motiva e propicia o uso de *mas*.

Logo adiante, outra relação de contração se configura entre a renúncia à refeição e a certeza de que, ainda assim, venturas ocorrerão na festa em questão, o que, na análise de Neves (1984), por exemplo, poderia ser entendido como um sentido de compensação. E, logo em seguida, outra relação contrajuntiva propicia o uso de *mas*: o rei justifica que a alegria trazida pela presença de Lançalot foi tão grande a ponto de tê-lo feito esquecer o costume de não fazer refeição durante as festas.

Na verdade, todo o trecho tem, por um lado, uma série de argumentos que direcionam em favor de se fazer ou de se querer fazer a refeição e, por outro lado, outros argumentos que direcionam em sentido contrário. A contração entre as duas séries de argumentos é assinalada por meio de *mas*. Destaque-se que a diferença de grafia entre os usos do item não impede que, nas quatro ocorrências, ele esteja em contextos similares, do ponto de vista semântico. Além disso, a pontuação utilizada no trecho, que ora coloca o item em início de oração, ora em início de período, não interfere em nada no sentido que o item assume no texto. O fato de ele estar, em todos os casos, seja na fronteira sentencial seja na fronteira oracional, apenas confirma que, sintaticamente, ele se encontrava gramaticalizado já no português medieval. Se o que se quer é analisar a motivação conceptual que propicia o uso do item, a questão sintática parece não poder ocupar o primeiro plano das atenções. Veja-se o exemplo (44):

(44) - *E, por todas estas nobrezas que ditas avemos da Espanha, muyto a preçaron aquelles que a primeiramente pobrarom. Ca aquellas cõpanhas de*

Cubal, de que vos ja avemos contado, que andaron buscando todallas partes de Europa e provando as terras que eram boas e sããs e proveytosas pera pobrar, nũca acharon terra nẽ logar que os contentasse se nõ Espanha ca, depois que a elles ouverõ buscada e vyron o assituamẽto das terras e a bondade dos aares e a multidõ das muytas auguas, logo começaram de fazer em ella sua pobraçon e nõ curarõ de mais andar buscando outras partidas.

Mas, depois que Espanha por longo tẽpo foy comprida de pobraçon e a fama da sua nobreza e do seu avondamento sayu pellas outras terras, muytos ouverom della grande cobiiça e por esto se moverom com sobervhosa ãveja por a tomar aos seus moradores. (Crônica Geral de Espanha, cap. XIII, fõlio 11b, séc. XIV)

O exemplo (44), em uma primeira observação, poderia, em princípio, encaixar-se entre os casos comentados por Barreto (1991) e Castilho (1997) na seção 4.9.1, nos quais o sentido de *mas* estaria vinculado ao sentido aditivo do advérbio *magis*, não apresentando idéia contrajuntiva. De fato, *mas*, em (44), liga dois trechos que se referem a momentos distintos da narrativa, assumindo aparentemente a função de somar partes e dar nexos ao texto. Além disso, os dois blocos de idéias ligados não guardam nenhuma relação contrajuntiva evidente.

No entanto, não parece pertinente o ponto de vista segundo o qual a função de *mas* seja tão somente a de somar idéias. Levando em consideração o sentido global que se depreende do trecho destacado, vê-se que os dois blocos de idéias não têm o mesmo *status* nem a mesma direção argumentativa. O item relaciona momentos que não apenas se sucedem, mas se diferenciam: um em que Espanha estava sendo habitada, outro em que estava sendo alvo da cobiça de outros povos que não só seus primeiros habitantes. O trecho “depois que Espanha por longo tẽpo foy comprida de pobraçon e a fama da sua nobreza e do seu avondamento sayu pellas outras terras” – senão sintaticamente, mas semanticamente – funciona como causa ou explicação para o fato narrado a seguir, o de que muitos começaram a cobiçar Espanha.

Pode-se afirmar, portanto, que *mas* liga dois momentos que se diferenciam na história de Espanha, sendo que o segundo se destaca, é posto em foco. Mais uma vez se pode falar em comparação. Se *mas*, em (44), não se encontra entre partes contrajuntivas, encontra-se, de qualquer forma, entre partes postas em

comparação, sendo que uma delas é destacada. Não se pode falar, assim, que o item seja “mero” encadeador da narrativa. O que ocorre é um uso de *mas* ligando partes distintas, embora não contraditórias, o que corrobora a tese de que a variada polissemia do item se forma metaforicamente, tendo como base o sentido da comparação, que, devido às projeções metafóricas, mantém-se, mesmo que de forma opaca, nos diversos sentidos que o item pode assumir em cada contexto. O uso de *mas* em contextos como (44) é apenas um entre os vários sentidos previstos pela polissemia do item; não é um sentido básico de onde se origina outro ou outros sentidos. Observe-se ainda que o uso de *mas* como o que se vê em (44) não é exclusivo da fase arcaica; ao contrário, é recorrente ainda hoje, o que também comprova a tese de que uma escala derivativa organizada cronologicamente não seria sustentável. Passe-se agora ao exemplo (45):

(45) - *Este Almycar ouve quatro filhos: o pymeiro ouve nome Anybal e o segundo, Asdrubal e o terceiro, Magom e o quarto, Anõ e hũa filha que foy casada com hũũ homem grande do seu lynhagen que avya nome Esdrubal. E, quando este Almycar tornou de Pulha a terra de Africa, assi como ja ouvistes, estes seus filhos eram pequenos, ca o mayor delles era Anibal e nõ avya mais de nove ãnos. Mas tamanho era o desamor que este Almycar avya cõos Romããos, pollo mal grande que delles recebera per vezes, que fez jurar sobre seus albertis/sic/ aaquelle seu filho Anibal, que era o mayor, como quer que era ainda pequeno, que nũca ouvesse paz com elles. (Crônica Geral de Espanha, cap. 52, fôlio 20a, séc. XIV)*

O exemplo (45) é bastante ilustrativo. O sentido geral do trecho é: apesar de seu filho mais velho ser ainda muito novo, Almycar o fez jurar nunca ter paz com os romanos, tamanho era seu ódio a eles. O principal objetivo comunicativo é de destacar o ódio de Almycar, mesmo que para isso se lance mão de um texto narrativo e descritivo.

Nas partes ligadas, há a presença de palavras de sentido negativo: “nõ avya mais de nove anos”, “que nũca ouvesse paz com elles” e mesmo o prefixo de “desamor”. Não são esses elementos negativos que estabelecem a contrajunção. A diferença opositiva ou contrastiva existente entre as duas partes ligadas se estabelece a partir de um conhecimento de mundo, não universal, mas cultural,

segundo o qual crianças devem ser poupadas de responsabilidades típicas de adultos. A contrajunção ocorre, assim, a partir de relações que ganham corpo no nível epistêmico. O exemplo mostra-se bastante ilustrativo também por mostrar que as palavras de sentido negativo, a que se atribui a origem do sentido contrajuntivo das conjunções adversativas, são relacionadas com o contexto geral em que se encontram. Portanto, faz sentido atribuir ao contexto a motivação do sentido, assumido pelas conjunções, e não às referidas palavras negativas.

(46) - *E ella estando em tam gram coyta vyo vïr huï angeo luzente como estrella e salvou-a e começou de a cõfortar. E ella entom cõ prazer começou de chorar e dizer. Ay senhor meu e meu padre doores grãdes do Inferno que me ap(er)tam e me cercam e me tẽ em grã pesar e em gram temor. E entom lhe disse o Angeo. Agora me chamas senhor e padre quando te vees ã coyta **mas** nõ q(ua)ndo eras ã teu poder. E d'iz a alma. Ay senhor nõca te vy senõ agora q(ua)ndo ouvy tua voz muy saborosa. E o angeo disse. sempre des que tu naceste eu foy cõtigo p(e)ra hu q(ue)r que tu ias, **mas** tu nõ q(ui)seste creer os meus cõselhos nõ fazer minha võtade . E tendeo entõ o angeo a mão e p(re)ndeo hũu daquelles dyaboos que delfazia mais escarnho e disse-lhe. Vees, este he o que tuc(ri)aas e cuja voõtade faziasa, e desp(re)ça/ [va]/s a mÿ. (Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense, fõlio 125r, séc. XIII-XIV)*

Em (46), o primeiro *mas* serve para que o anjo compare e diferencie dois momentos: um em que a alma o chama e outro quando o não chamava. Do ponto de vista argumentativo, o anjo compara, na verdade, os motivos que suscitam os dois momentos: um em que a alma está em “coyta”, outro em que se encontrava sob seu poder. Veja-se que *agora* reforça a diferenciação temporal. De qualquer forma, os motivos inferidos pelo anjo para que a alma não o procurasse são conclusões que ele, epistemicamente, retira do fato de antes ela não o procurar e depois procurá-lo. A diversidade de situação em que se encontra a alma é que, para o anjo, motiva suas atitude em relação a ele. Portanto, uma análise que considere o domínio epistêmico confirma a existência de um contexto marcado por contrajunção no trecho comentado.

O segundo *mas* da fala do anjo também se encontra em um contexto que funciona, em sua totalidade, como resposta, réplica à alma queixosa que

argumentava nunca tê-lo visto. A contrajunção ocorre não entre dois atos de fala, mas entre dois fatos relatados pelo anjo, os quais, no domínio epistêmico, suscitam contrajunção. O fato de o anjo ter acompanhado a alma desde seu nascimento é tomado por ele como o suficiente para autorizá-lo a esperar que a alma o ouvisse, o que, segundo oração introduzida por *mas*, não ocorreu. Tem-se um caso de quebra de expectativa, uma expectativa criada a partir de um raciocínio utilizado pelo anjo e não explicitado linguisticamente. Em outras palavras, o contexto de contrajunção foi propício ao uso de *mas*. Por último, veja-se (47):

(47) - *Quand'eu passei per Dormã*

preguntei por mia coirmã,

a salva e paçãã.

Disserom: - Nom é aqui essa,

alhur buscade vós essa;

mais *é aqui a abadessa.* (*Cantiga de Escárnio e Maldizer*, 007, de Fernão Paes de Tamalancos, séc. XIII)

Em (47), uma cantiga de escárnio, a conjunção grafada como *mais* se encontra em um contexto de contrajunção, apresentando, mais especificamente, o sentido que Neves (1984) chamaria de compensação. Não há aí conflito entre as duas partes do discurso postas em relação; a contrajunção se efetua em função de o locutor ter respondido negativamente a uma pergunta e ter apresentado, como compensação, uma afirmativa. Em outras palavras, tem-se: você veio em busca da “coirmã”, mas, embora ela não esteja presente, sua vinda não foi em vão, porque a abadessa se encontra aqui. Há, aí, um conhecimento compartilhado pelos interlocutores – um conhecimento compartilhado fortemente restrito a esse contexto – de que encontrar a abadessa pode ser do interesse do primeiro interlocutor ou de que a abadessa pode substituir a coirmã.

4.10.3

Avaliação da análise dos dados

Os exemplos analisados demonstram que a relação contrajuntiva estabelecida entre dois segmentos do texto pode apresentar várias nuances de sentido, sendo necessário considerar o sentido global do contexto lingüístico e/ou extralingüístico para se entender com mais precisão por que alguns usos de *mas*, embora pareçam totalmente gramaticais à intuição do falante, podem apresentar problemas ao lingüista que queira avaliar-lhes as condições de uso.

Neves (1984, p. 23), em citação feita na seção 4.2, afirmou, a respeito das proposições designadas por ela como *p* e *q*: “o primeiro termo da coordenação nem sempre é uma frase localizável, podendo ser toda uma configuração do texto anterior, ou ser, mesmo, um elemento da situação. Muito menos é necessário que *p* e *q* sejam contíguas”. Na obra referida, a autora trabalhou com *mas* interfrásico, próprio, portanto, para enlaçar fragmentos maiores do texto e menos segmentáveis. A análise adotada aqui mostrou que, na verdade, as considerações necessárias para que os interlocutores produzam e entendam o sentido de partes ligadas por *mas* não são segmentáveis, podendo não ser nem mesmo textualmente localizáveis.

Quando se percebe que o sentido que o item assume está diretamente ligado ao sentido geral do contexto em que se insere, vê-se que a presença de palavras negativas não pode assumir por si só a responsabilidade pela gramaticalização do item. É claro que a contrajunção requer, quase sempre, normalmente palavras negativas, mas tanto quanto requer elementos gramaticais, como as conjunções, que a assinalem.

Neves (2000, p. 756) afirma que, no caso de sintagmas nominais, *mas* só pode coordená-los se o primeiro estiver negado, como em “não o menino, *mas* a mãe”, exemplo citado pela autora. Este é, porém, um entre muitos contextos possíveis para o uso de *mas* e, também neste caso, *não* dá suporte à comparação estabelecida no contexto, tanto quanto *mas*.

Vê-se também o quanto são suscetíveis a equívocos análises assentadas tão somente sobre os segmentos em que se encontra o item abordado, e muitas vezes tais análises nem sequer mencionam o contexto maior de onde os segmentos foram retirados.

A análise confirma também que a grande gama polissêmica atribuída a *mas* decorre da variada gama de contextos em que ele pode ocorrer. Cada realização lingüística é única e, portanto, peculiar. Lembre-se das palavras de Koch (2001a, pp. 13-14), citadas na seção 4.2: “é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado”. São palavras que cabem aqui.

Considerando a infinitude de possibilidades em que o falante pode tanto empregar quanto compreender o sentido de *mas*, seria inviável descrever-lhe todas as ocorrências possíveis. As análises propostas para os exemplos relatados servem tão somente para indicar estratégias de leitura do item que permitam sua análise de forma mais acurada e para demonstrar que, pelo menos com base nos dados disponíveis, o sentido básico de *mas* mantém-se como sendo o da diferenciação.

Outro ponto a se destacar, a partir da análise dos dados, é que, embora eles tenham sido comentados em ordem decrescente do ponto de vista cronológico, podem apresentar, independentemente do fator tempo, alto grau de elaboração no estabelecimento da relação contrajuntiva. O exemplo (47) não é menos “sofisticado” do que o (40), apesar dos oito séculos que os separam.